negócios

negocios.pt

Quarta-feira, 11 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5322 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

F. MOTA FERREIRA
As traições nos partidos são, infelizmente, comuns
OPINIÃO 28

JEAN PISANI-FERRY
O que será necessário para que a Europa desperte?
OPINIÃO 31

Governo retoma negociações do OE sem IRS Jovem fechado

Ministro das Finanças está a trabalhar com um excedente orçamental de 0,2% para o próximo ano, incluindo as alterações neste imposto. Carga fiscal não vai subir este ano e pode mesmo descer ligeiramente em 2025.

ECONOMIA 8 e 9

Como os robôs mudam a vida das empresas em Portugal

Por cá, existem 1,3 autómatos por 1.000 trabalhadores. Na UE, a média é 2,8. Autor de estudo feito pelo Banco de Portugal arrefece receios sobre destruição de emprego.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Ministério Público conclui que houve falência culposa na Soares da Costa

EMPRESAS 14 e 15

Petróleo cede e está no valor mais baixo dos últimos 3 anos

A fasquia dos 70 dólares por barril da OPEP+ foi quebrada e o corte da oferta deverá manter-se.

MERCADOS 24 e 25

SUSTENTABILIDADE 20|30

DUARTE CORDEIRO EX-MINISTRO DO AMBIENTE

"Não podemos aceitar que projetos estratégicos demorem tantos anos"

O antigo governante criou a sua própria empresa, a Shiftify, Estratégias de Sustentabilidade, focada nos setores mais difíceis de descarbonizar.

SUSTENTABILIDADE 20 a 23

Hidrogénio

Espanhóis da DH2 investem 60 milhões no centro do país

EMPRESAS 16

HOME PAGE

Miguel Baltazar

Gigantes de Wall Street otimistas sobre família EDP

O Citi e o Goldman Sachs reviram em alta o preço-alvo da EDP Renováveis. Também a casa-mãe beneficiou de maior confiança, mas do segundo banco. A descida de juros e os preços da energia são vistos como impulsionadores.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt
RICARDO JESUS SILVA
ricardosilva@negocios.pt

O setor das energias renováveis vive um bom momento, que não escapou ao olhar de dois gigantes de Wall Street: o Goldman Sachs e o Citi. Esta onda de otimismo apanhou, por cá, a família EDP.

O otimismo do Citi reflete-se numa visão "positiva a curto prazo a 90 dias" sobre as empresas EDP Renováveis, mas também a ANE e a Orsted. No entanto, é a portuguesa a favorita, tendo o analista Jenny Ping revisto em alta o preço-alvo de 16,50 para 17,70 euros – um aumento de 1,30 euros, que implica um potencial de valorização de 13,05% face à cotação de fecho de ontem.

O valor fica até acima do consenso do mercado, que vê a empresa liderada por Miguel Stilwell d'Andrade a valorizar para os 16,44 euros nos próximos 12 meses. Por sua vez, a recomendação mantém-se em "comprar".

Esta visão favorável sobre a atividade destas empresas assenta sobretudo nas perspetivas sobre os cortes de juros, o que "deverá levar a um sentimento mais construtivo relativamente ao setor das energias renováveis", o que "abrange quer do ponto de vista dos ativos operacionais, quer dos novos ativos".

Também o Goldman Sachs refere que no caso da EDP Renováveis existe a possibilidade de uma melhoria do consenso do mercado, em termos de perspetivas para os resultados a alcançar pela empresa, à boleia da descida dos juros dado que esta é uma indústria de capital intensivo e, por isso, sensível ao custo do financiamento. Mas não só. Além dos juros, também as eleições presidenciais nos EUA poderão mexer com as expectativas dos analistas relativamente às contas da empresa, de acordo com a nota de "research" assinada pelos analistas Alberto Gandolfi, Mafalda Pombeiro e Dhwani Khenwar.

Com base nestes fatores, o banco subiu o "target" de 18,5 euros 19 euros. O novo preço-alvo confere à EDP Renováveis um potencial de valorização de 19%, tendo em conta a última cotação de fecho: 15,39 euros por ação. Esta estimativa encontra-se igualmente acima do consenso de mercado (16,39 euros).

Descida de juros beneficia setores intensivos em capital como as renováveis.

Tanto o Citi como o Goldman Sachs reviram em alta o "target" da EDPR, liderada por Miguel Stilwell d'Andrade.

Preços da energia em Espanha puxam pela EDP

Além do braço das renováveis, o Goldman Sachs também atualizou as estimativas e definiu um novo "target" para as ações da casa-mãe. Numa nota assinada pelos mesmos especialistas, o banco de investimento reviu em alta o preço-alvo da empresa de 4,50 para 4,55 euros.

O "target" atualizado está, no entanto, abaixo do consenso de mercado (4,72 euros) e confere à EDP um potencial de valorização de 10,66%, em relação ao fecho da sessão desta terça-feira. A recomendação continua em "manter". Das 24 casas de investimento que seguem os títulos da cotada, apenas quatro recomendam "manter" as ações da empresa, enquanto as restante vinte aconselham a "compra". Nenhuma sugere a "venda" de títulos.

Os analistas do Goldman Sachs destacam sobretudo a subida dos preços da energia em Espanha. "A normalização das condições hídricas, o aumento da procura por ar condicionado e a resistência dos preços do gás sustentaram um grande aumento dos preços da eletricidade em Espanha", referem. "A tendência acelerou no verão, com os preços a subirem cerca de 10 euros por megawatt-hora (MWh) a partir de meados de junho".

Olhando para daqui a um ano, o Goldman refere que a curva neste prazo situa-se nos 75 euros/MWh, ou seja, "cerca de 50% mais elevada do que o mínimo do final de fevereiro", o que pode beneficiar as "utilities". Apesar deste otimismo, as ações da casa-mãe cederam 0,44% para 4,065 euros, tendo caído 10,76% desde o início do ano, enquanto a EDPR perdeu 1,72% para 15,39. Este ano, a cotada já cai quase 17%. ■

Os preços da energia em Espanha aceleraram este verão.

DIA

AÇÃO

BMW faz marcha-atrás nas perspetivas de resultados

A fabricante automóvel liderada por Oliver Zipse arrastou o setor na Europa.

A BMW afundou em bolsa e arrastou o setor automóvel europeu para terreno negativo. A fabricante reviu em baixa o "outlook" para 2024, antecipando uma "queda significativa" no EBITDA. A gigante alemã está a ser pressionada pela fraca venda de veículos na China, forte competição na gama de motociclos e a "chamada à oficina" de 1,5 milhões de carros devido a um defeito nos travões da fornecedora Continental. ■

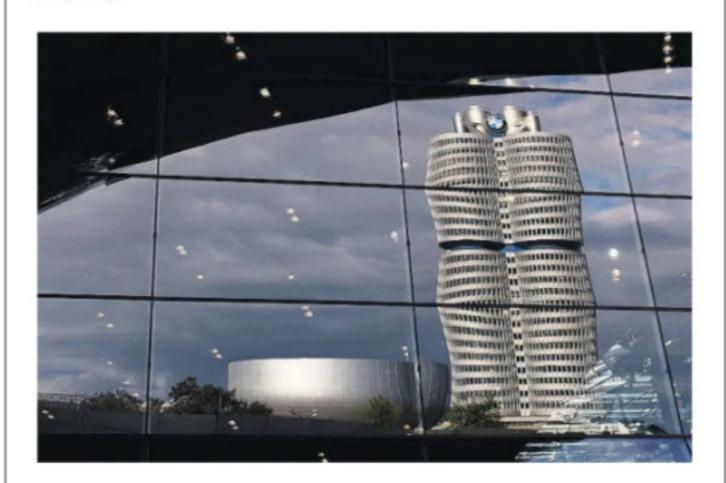
-11,15%

Variação este ano: **-32,23%**
Valor em bolsa:
43,92 mil milhões de euros

FRASE

"Até as empresas tecnológicas mais poderosas podem ser responsabilizadas, que ninguém está acima da lei.

MARGRETHE VESTAGER
Vice-presidente da Comissão Europeia

FOTO

Duas derrapagens na viagem da BMW

Esta imagem distorcida da sede da BMW é uma metáfora dos problemas que a construtora alemã enfrenta. Por um lado, está a fazer um "recall" de carros originado por um problema de travões que pode afetar 1,5 milhões de unidades. Por outro, baixou as previsões de receitas para o ano em curso, considerando que a quebra da procura na China afetou as vendas.

Fotografia: Anna Szilagyi / EPA

NÚMERO

O Tribunal de Justiça da UE confirmou a coima de 13 mil milhões de euros à Apple por ter recebido auxílio ilegal da Irlanda.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Estado preso por arames

O país assistiu esta terça-feira aos estados de alma de uma espécie de ministra-sombra da Justiça, focada numa análise facilmente feita por qualquer partido da oposição, mas com muito pouco de palpável a apresentar aos cidadãos. A fuga da cadeia de Vale de Judeus é um exemplo crasso de como o Estado está preso por arames, com instituições altamente fragilizadas, infraestruturas a cair aos pedaços fruto de anos de desinvestimento público – responsabilidade de PSD e PS – e governantes muito pouco cientes do seu papel.

Rita Júdice apareceu em público para reiterar uma fita do tempo que, grosso modo, era do conhecimento público. Apontou "falhas graves", "desleixo", "facilidade", numa cadeia de "sucessivos erros" em que imperaram "decisões erradas ou ausência de reuniões" sem apontar responsáveis. Pelo meio caíram o diretor-geral das prisões e o subdiretor-geral.

Nas conclusões que apresentou ao país, a governante pareceu dar pouca – ou nenhuma – importância ao facto de só ter sido informada do sucedido duas horas e meia após a fuga. Em que momento foi acionado o Sistema de Segurança Interna? Ficou por detalhar.

> **Sucessivos governos expuseram o Estado na proteção do cidadão.**

O país preso por arames ficará a aguardar três meses por uma auditoria às condições de segurança dos 49 estabelecimentos prisionais existentes no país. O que mudou nas rotinas e na organização de meios das prisões nestes três dias desde a fuga de cinco fugitivos perigosos ninguém sabe.

A segurança interna é um dos pilares da soberania nacional, sendo por demais evidente que o desinvestimento de sucessivos governos expôs o Estado na forma como protege os seus cidadãos.

Os partidos retomaram as negociações para o Orçamento do Estado para 2025. Seria útil que, nessa matéria, mais do que entrarem numa lógica de distribuir verbas por clientelas políticas, encontrassem pontos de contacto comuns que assegurassem um reforço de verbas para a requalificação e modernização de infraestruturas relevantes. E, já agora, uma vontade comum de reformar direções-gerais e serviços da Administração Pública que possam servir com qualidade os cidadãos, conferindo maior responsabilidade a quem exerce funções públicas. ■

PRIMEIRA LINHA ROBOTIZAÇÃO DA ECONOMIA

Como os robôs mudam a vida das empresas em Portugal

Nas empresas nacionais já existem quase 6.500 robôs, que têm um papel central em vários setores. Autor do estudo do Banco de Portugal arrefece receios sobre destruição de emprego.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

Executam tarefas repetitivas e/ou de alta precisão de forma cada vez mais rápida, não têm direito a descanso nem salário, não adoecem (mas avariam) e sem eles a produtividade – sobretudo na indústria transformadora, setor em que são mais utilizados – cairia a pique. Os robôs – entendidos no sentido de máquinas já usadas nas fábricas desde a década de 50 do século passado – são uma realidade sem a qual já não se imagina a vida da economia. Mas afinal quantos robôs existem em Portugal? O que é que fazem? E será que a sua utilização "rouba" postos de trabalho?

A primeira pergunta tem resposta direta: no país há 1,3 robôs por cada mil trabalhadores, calcula o Banco de Portugal (BdP) num estudo publicado que reporta números do final de 2021. Fazendo referência a uma base de dados da International Federation of Robotics, o BdP conclui que naquele ano as empresas portuguesas "empregavam" 6.454 robôs. E como é que este número compara com a Europa e o resto do mundo?

"Em Portugal, o número de robôs por cada mil trabalhadores aumentou de 0,6 em 2012 para 1,3 em 2021. Este rácio é menor do que a média de 2,8 da União Europeia (UE), bloco no qual a Alemanha lidera, com 5,5. A estatística não inclui Luxemburgo e Chipre.

E teria Portugal a ganhar com uma intensificação da robotização? "A resposta é inequivocamente sim", considera o autor do estudo. Em entrevista ao Negócios, João Amador, diretor-adjunto do Departamento de Estudos Económicos do BdP, sublinha que a análise corrobora, para Portugal, uma conclusão que já existia noutros países: "As empresas que adotam este tipo de tecnologias são também as que têm maiores níveis de produtividade. Não conseguimos provar uma causalidade plena, mas há uma correlação robusta."

Mas esta não é a única métrica de comparação possível para o tema. O relatório aponta para outra, que compara a robotização com o Produto Interno Bruto (PIB), o que pode ser interpretado como uma medida do benefício económico relativo da robotização. Quando se olha para o número de robôs por cada mil milhões de euros de PIB, Portugal viu o rácio crescer quase dez vezes de 1995 a 2021, atingindo mais de 30 unidades. O que não é necessariamente uma boa notícia: "Pode ser sintoma de sermos relativamente pobres", diz João Amador, enfatizando que num país em que o PIB – o denominador da fração – seja mais baixo faz com que os robôs que aparecem no numerador tendam a resultar num rácio mais alto.

O valor fica mesmo acima do norte-americano, que é inferior a 20, e representa três quartos da média europeia. A Alemanha tem pouco menos de 80. A China lidera: tem cerca de 90.

Portugal tem a ganhar com a robotização? Inequivocamente sim.

JOÃO AMADOR
Diretor-adjunto do Departamento de Estudos Económicos do BdP

Trabalho pesado: indústria transformadora lidera

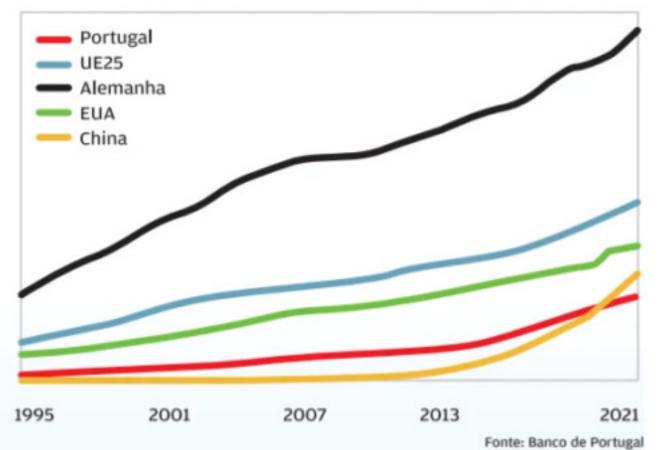
Sem surpresa, o setor transformador é o mais avançado, absorvendo quase 90% dos robôs usados em Portugal. E dentro dele, a construção automóvel domina, com 47,1% das máquinas. Esta indústria lidera também na Alemanha, UE e EUA, mas na China pesa menos do que a elétrica e eletrónica. No mercado português, o setor da borracha e dos plásticos e dos produtos metálicos não automóveis ocupam o segundo e o terceiro lugar, respetivamente.

E que tarefas desempenham?

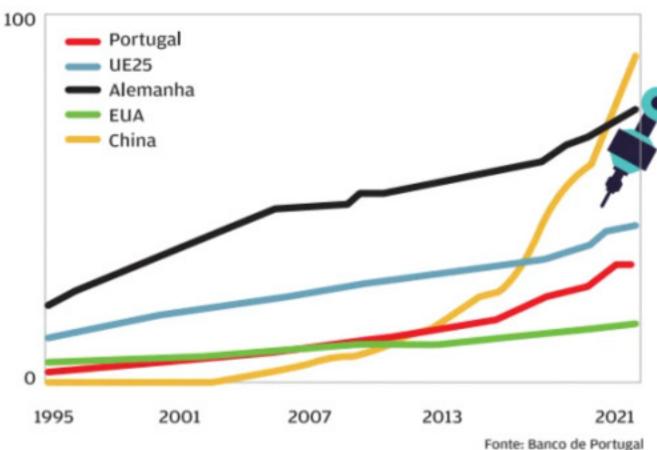
1,3 ROBÔS POR MIL TRABALHADORES

Número de robôs por cada milhar de trabalhadores em Portugal

Nos últimos anos, o número de robôs em empresas portuguesas aumentou expressivamente para um total de 6.454 máquinas, correspondentes a um rácio de 1,3 por cada mil trabalhadores. O valor fica, ainda assim, muito aquém da média de 2,8 na União Europeia (exceto Chipre e Luxemburgo).

Fonte: Banco de Portugal

PESO DOS ROBÔS NO PIB

Número de robôs por cada mil milhões de euros do Produto Interno Bruto

No rácio que mede o número de robôs em relação a cada mil milhões de euros do Produto Interno Bruto, Portugal aparece classificado mais acima na tabela, mas isso não é necessariamente positivo: pode significar que com um PIB mais baixo, cada robô contribuiu mais para o cálculo.

Fonte: Banco de Portugal

"Os robôs que realizam operações de manuseamento e alimentação de máquinas são dominantes em Portugal em 2021 (51,9%)", indica o estudo. Dito de outra forma, é a manutenção de máquinas feita por outras máquinas. Na comparação com valores disponíveis para o ano de 2012, esse primeiro lugar foi conquistado a outra atividade: a soldagem, que era então a tarefa mais executada (46,2%, valor que em 2021 caiu para 25,3%).

"As restantes tarefas são claramente menos importantes em todos os países, com a notável exceção dos robôs para montagem e desmontagem na China, que tiveram uma quota de 15,9 por cento em 2021", continua a análise.

Já quando se olha para o número de empresas que têm robôs, a conclusão é que em Portugal são 8% – é a 18.ª posição na UE. A Dinamarca domina, com quase 20%.

Robôs criam desemprego? Não necessariamente

Não são de agora os receios sobre o potencial desemprego criado pelas máquinas: a imagem do trabalhador substituído por um robô – uma espécie de exterminador implacável de postos de trabalho – não é de hoje. Mas pode ser incompleta.

Por falta de dados mais abrangentes, o estudo não tira conclusões sobre o impacto da robotização no emprego em Portugal. Mas as análises noutros países mostram que os habituais receios em relação a uma possível destruição de postos de trabalho podem basear-se em informação parcial. Em França, uma análise concluiu que "o impacto estimado no emprego é positivo – mesmo para os trabalhadores industriais não qualificados –, conduz a vendas mais elevadas, lucros mais elevados e preços no consumidor mais baixos, ao mesmo tempo que deixa inalterados os salários, o peso do trabalho no Valor Acrescentado Bruto (VAB) e a desigualdade salarial dentro da empresa".

João Amador entende que os efeitos da robotização têm "nuances". "Há empregos que efetivamente se destroem. Tendem a ser empregos pouco especializados, tarefas mais rotineiras. A destruição desses empregos faz com que possa haver um efeito de penalização dos salários dos trabalhadores com essas características. O aumento da produtividade vai beneficiar trabalhadores mais qualificados e as empresas tendem a crescer e a gerar novo emprego. Há um efeito de enriquecimento e criação de emprego que vem numa segunda linha. Até podem voltar a criar emprego menos qualificado para outras tarefas que, entretanto, não estão robotizadas. O imaginário popular está certo num primeiro momento, mas depois é preciso perceber que há efeitos em sequência que vão mitigar tudo isto. E temos a experiência histórica de outras tecnologias que no passado destruíram alguns empregos mas criaram muitos outros", recorda. Conclusão? "Um dos estudos mais famosos na área diz que não vai haver uma hecatombe, vai haver mudança na feição do emprego", enfatiza João Amador.

O imaginário popular [sobre desemprego] está certo no primeiro momento, mas há efeitos que mitigam.

JOÃO AMADOR
Diretor-adjunto do Departamento de Estudos Económicos do BdP

Mais produtividade e exportações

Em Portugal, as empresas com robôs são também aquelas "com maior produtividade, rentabilidade e intensidade exportadora, enquanto o peso dos salários no VAB é menor", conclui a análise. O estudo também deteta uma relação entre o uso de robôs e as exportações: as empresas que os têm tendem a vender ao exterior uma proporção maior da produção do que as que não os utilizam. Resultado? "A evidência empírica aponta para uma relação positiva com a produtividade, a intensidade exportadora e a rentabilidade, enquanto a correlação com o peso dos salários no valor acrescentado é negativa", conclui o estudo. O impacto nos salários é residual. ■

Não é a Siri, é a Sara Robô e ajuda a Simoldes a faturar

Com um ciclo produtivo altamente robotizado, a Simoldes Plásticos – que tem como clientes alguns dos gigantes mundiais da produção automóvel – ilustra as portas que a robotização pode abrir para as empresas que apostam na automação.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

Se há setores onde a robotização é intensiva e tem um impacto palpável, a construção automóvel é um deles, seja nos fabricantes propriamente ditos ou nos seus muitos fornecedores. É o caso da Simoldes Plásticos, que representa 80% do negócio do grupo Simoldes e dirige a quase totalidade da sua produção para a indústria auto. E a aposta não é recente.

"No início da pandemia a Simoldes comemorou 60 anos de história, mas a robotização, com impacto forte no negócio, começou há 20 anos", diz o CEO da companhia. Domingos Pinto explica, em entrevista ao Negócios, que esta estratégia é central e confunde-se com a historia da empresa nas últimas décadas: "É um pilar estratégico sem o qual simplesmente não é possível assegurar o nível de requisitos atuais". A tal ponto que é difícil imaginar como a indústria funcionaria sem estas máquinas. "Temos processos totalmente automatizados e robotizados", sublinha, explicando que "hoje, se formos ver todas as fábricas, sem destacar nenhuma empresa em específico, são totalmente robotizadas e se quiséssemos fazer veículos com a mesma cadência sem robotização, seria completamente impossível", diz.

A margem para erro na indústria automóvel é diminuta e a empresa de injeção de termoplásticos (que entre os seus clientes conta com algumas das principais marcas do setor, como a Stellantis, a Renault, a Volkswagen, a Mitsubishi, a BMW, a Toyota, a Scania ou Mercedes-Benz) não passa ao lado desse facto. "O nosso nível contratual com os fabricantes é de zero defeitos por milhão de peças fornecidas", sublinha. E o cliente final é cada vez mais atento: "nós todos, quando vamos comprar um veículo, investimos e se encontramos qualquer defeito, qualquer anomalia, imediatamente vamos reclamar ao concessionário", constata.

A robotização no século XXI vai além das linhas de produção que contam com múltiplas máquinas autónomas que realizam tarefas em sequência, e inclui, por exemplo, o transporte de peças dentro das próprias fábricas, num cenário próximo da ficção científica. "Temos aquilo a que chamamos os AMR, [sigla inglesa para a expressão 'robô autónomo móvel'], que fazem o transporte das peças do local de trabalho até um cais de carga e descarga. Não diria que temos isto a 100% em todas as fábricas, em todas as geografias, mas uma grande parte das nossas fábricas já tem estes robôs autónomos a circular e a trazer contentores vazios ou levar contentores cheios", avança. De forma totalmente autónoma? "De forma totalmente autónoma, sem qualquer pessoa", responde o CEO da empresa que está presente em oito países e faz parte de um grupo que no total, em todas as geografias, dá emprego a cerca de 5 mil pessoas.

A Simoldes Plásticos tem 10 fábricas em seis países, todas robotizadas.

O chão de fábrica da Simoldes Plásticos, em Oliveira de Azeméis, é intensamente robotizado. O CEO Domingos Pinto (à direita, em cima) sublinha que a automação também se aplica a processos administrativos.

Um robô com nome de gente e o papel da IA

Os AMR mostram que o conceito de robô vai hoje além das máquinas da linha de produção e chega a outras tarefas – incluindo trabalhos intelectuais. "Há outros 'upgrades' que já fazem parte do nosso dia-a-dia, como os robôs colaborativos, que dão ajuda aos operadores, na parte de controlo de qualidade e usam visão artificial, com ajuda da inteligência artificial (IA). Uma espécie de assistentes de verificação de qualidade.

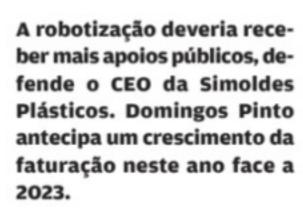
Mas a ajuda das máquinas também chega aos processos administrativos. Neste caso, a expressão refere-se não a engenhos físicos mas a algoritmos. É o caso de um tão importante e presente na Simoldes que teve direito a nome – um nome humano. "Temos a robotização de tudo que é processos", explica Domingos Pinto, incluindo o tratamento de encomendas. "Temos a Sara Robô – não é um robô físico, é um 'software', um algoritmo –, que trata desde processos de viagem a processos administrativos, de encomendas, de pagamentos".

E do que mais é a Sara capaz? "Por exemplo, toda a comunicação que se faz com os nossos clientes através de EDI", diz, referindo-se à sigla para a expressão inglesa "Eletronica Data Interchange", que se refere à partilha eletrónica e automatizada de documentos de negócio entre empresas, como por exemplo ordens de compra, pagamentos, envios ou faturação, entre outras. "Nós temos toda a informação, como a quantidade ou a morada. A Sara Robô processa-a, inicia as encomendas necessárias para os fornecedores, emite todos os dados necessários para as fábricas, ao nível de quantidades, que dão entrada no nosso sistema, e depois faz – não diria que é de forma totalmente autónomo, mas faz – uma série de preparações, de planeamento de trabalho".

É, na prática, um robô que, de alguma forma, ajuda na gestão. Nas suas tarefas inclui o planeamento de trabalho – o da restante equipa de robôs. "Depois, dentro da fábrica, temos todo o processo de robotização do processo físico em si e aí, também temos os tais robôs colaborativos a ajudar-nos a tratar as características de qualidade do produto". A responder, no fundo, às indicações da Sara Robô. ■

PERGUNTAS A DOMINGOS PINTO
CEO da Simoldes Plásticos

"Deveriam existir mecanismos de apoio à robotização"

A robotização deveria receber mais apoios públicos, defende o CEO da Simoldes Plásticos. Domingos Pinto antecipa um crescimento da faturação neste ano face a 2023.

É possível imaginar a Simoldes sem robotização?
Não. Não seria possível fabricar o numero de carros com o mesmo nível de qualidade.

Como avalia a evolução da tecnologia ligada à robotização? Continua a evoluir ou já chegou a um pico?
É difícil quantificar, mas seguramente vai crescer e evoluir muito mais. Estamos longe de um nível de maturidade e longe do pico.

Antecipa que o desenvolvimento da Inteligência Artificial se possa unir ao da robotização para proporcionar ganhos de produtividade ainda maiores?
Já é uma realidade. A robotização com visão artificial, os processos com robôs autónomos móveis, a Indústria 4.0 e os processos preditivos com suporte da Inteligência Artificial já são uma realidade do nosso dia-a-dia. Em todas as nossas fábricas temos estas tecnologias em pleno funcionamento. E com as metas da neutralidade carbónica, o tema vai ganhar ainda mais relevância. Estamos a dar passos para em 2030 estarmos preparados para uma nova realidade.

A robotização implica investimentos avultados. Deveria ter mais incentivos públicos?
Sim, nesta fase é um processo que envolve fortes investimentos. Sendo uma indústria com grande impacto no PIB e no desenvolvimento do país, é seguramente um processo em que deveriam existir mecanismos fortes de apoio, mais rápidos e que permitam um planeamento a longo prazo, uma vez que é um processo em forte e rápida mudança. A robotização é um processo estratégico para o futuro da indústria e seguramente a sua ausência colocaria em causa a sustentabilidade da empresas e da própria indústria.

A robotização é estratégica para o futuro da indústria e seguramente a sua ausência colocaria em causa a sustentabilidade da empresas.

A Simoldes Plásticos tem novos investimentos planeados?
No ultimo ano terminámos o último investimento na Polónia (de 35 milhões de euros), em 2025 e 2026 temos previstos investimentos já em Marrocos e nos Brasil de 20 milhões de euros cada um, na ampliação das unidades atuais para dar resposta a projetos futuros. Nestes números está incluída toda a tecnologia necessária. Os investimentos são permanentes.

Qual a faturação em 2023 da Simoldes Plásticos e do grupo?
Em termos consolidados foram cerca de 800 milhões de euros. Na Simoldes Plásticos, que é uma área de negócios diferente, estamos a falar de 528 milhões em 2023. O "forecast" até ao final do ano é 550 milhões.

Os 800 milhões do grupo vão evoluir para quanto?
Não vai andar muito longe desse número. Mas na indústria automóvel, o "forecast" é hoje um tiro no escuro, uma bola de cristal.

Que percentagem da produção da Simoldes Plásticos vai para exportação?
Temos três empresas em Portugal, e também temos fábricas fora, em França, na República Checa, Marrocos, Polónia e Brasil. Da operação cá em Portugal, 80% é para exportação.

O setor automóvel tem um peso enorme na vossa atividade.
O resto quase não tem expressão. Diria que neste momento, 98%, 99% é nos automóveis. ■

ECONOMIA

José Sena Goulão/Lusa

O Governo retomou esta terça-feira as negociações com a oposição no âmbito do OE para 2025. Esta quarta vai ainda reunir-se com o Chega que estava nas jornadas parlamentares.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

Governo retoma negociações sem IRS Jovem fechado

O ministro das Finanças está a trabalhar com um excedente orçamental de 0,2% para o próximo ano, incluindo as alterações do IRS Jovem. No entanto, o impacto da medida pode ser inferior, admite fonte conhecedora do processo, havendo assim espaço para negociar. Carga fiscal não vai subir este ano e pode descer ligeiramente em 2025.

SUSANA PAULA*
susanapaula@negocios.pt

Nas contas para o Orçamento do Estado (OE) para 2025, o Governo está a considerar aplicar o IRS Jovem como apresentou ao Parlamento, mas admite que o impacto da medida possa ser inferior, avançou ao Negócios fonte conhecedora do processo.

O Governo retomou esta terça-feira as negociações com a oposição com vista à viabilização da proposta de OE para 2025. E, ao que o Negócios apurou, as Finanças estimam um excedente orçamental de 0,3% do PIB este ano e de 0,2% em 2025.

O valor, que corresponde a cerca de 500 milhões de euros, inclui as medidas da oposição já aprovadas pelo Parlamento – o alívio extra do IRS, a redução do IVA da eletricidade e o fim das portagens nas ex-Scut – e que o Executivo tinha estimado com um impacto de 740 milhões.

Mas, além disso, a estimativa para o saldo inclui uma importante medida do Governo: o IRS Jovem. O Executivo está a desenhar a proposta de OE para 2025 assumindo uma estimativa de impacto de 1.000 milhões de euros do IRS Jovem, mas admite que o valor pode mudar se a medida não ficar exatamente como está na proposta do original. Ou seja, a medida não está fechada e pode ter um impacto inferior – havendo assim margem para a negociar.

O IRS Jovem é, precisamente, uma das linhas vermelhas que o PS tem colocado ao Governo para a viabilização da proposta de OE 2025. "O Partido Socialista nunca viabilizará um Orçamento de Estado que inclua ou tenha como pressupostos os regimes para o IRS e IRC que deram entrada na Assembleia da República", afirmou Pedro Nuno Santos na rentrée política. Para o secretário-geral do PS, o IRS Jovem – tal como o IRC (mas já lá vamos) – são medidas "profundamente injustas, ineficazes nos seus objetivos de política económica e injustificáveis do ponto de vista orçamental".

Ontem, após a reunião com o Governo, a líder parlamentar do PS disse apenas que o partido vai analisar a informação avançada e que está disponível para continuar a negociar.

Recorde-se que o IRS Jovem – que também tem motivado críticas de partidos próximos do Governo, como a Iniciativa Liberal, ou de instituições como o FMI – prevê reduzir em dois terços a taxa para todos os jovens até 35 anos, desde que não recebam mais de 81.199 euros por ano. O que a distingue do IRS Jovem em vigor é a duração (a medida aprovada pelo PS permite o desconto apenas durante cinco anos) e o impacto or-

çamental (a proposta do Governo custa cinco vezes mais).

Além disso, recorde-se, o Governo quis deixar o IRS Jovem de fora do OE, apresentando uma proposta de lei autónoma no Parlamento, para não condicionar as negociações a esta medida . Só que, entrando em vigor em 2025, a iniciativa terá impacto orçamental no próximo ano. O PS já disse que nunca aceitará tal como está, embora admitindo "melhoramentos", nomeadamente deixando cair as restrições em termos de graus de ensino.

Por outro lado, e de acordo com fonte partidária, o ministro das Finanças garantiu que a carga fiscal não sobe este ano e até pode descer em 2025.

IRC só tem impacto orçamental em 2026

Por outro lado, ao que o Negócios apurou, o Governo não está a considerar nas suas contas para o próximo ano o impacto orçamental da redução do IRC. Recorde-se que esta é uma das bandeiras do executivo liderado por Luís Montenegro, que quer reduzir imposto sobre o lucro das empresas em dois pontos percentuais já em 2025, com um impacto de 500 milhões de euros.

Ao contrário do IRS Jovem, que o Governo contabilizou no Quadro de Políticas Invariantes, a descida do IRC não surge no documento e também não está considerada na estimativa de saldo orçamental. Isto porque, segundo fonte ligada ao processo, a medida só teria impacto em 2026 e não em 2025. O que também pode dar espaço para negociar a medida com o PS.

O Negócios questionou o Ministério das Finanças sobre que outras medidas – tanto do lado da despesa, como da receita – estão a ser consideradas na estimativa de saldo orçamental, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. ■

*Com FL, PRP E MC

Finanças veem PIB a subir 2% este ano e no próximo

O Governo estima que a economia portuguesa cresça 2% este ano e no próximo, acima do previsto anteriormente, e que o ritmo de subida de preços continue ligeiramente acima de 2%, sabe o Negócios.

No programa de Estabilidade, o Executivo esperava um crescimento económico de 1,5% este ano e de 1,9% em 2025, mas sem novas políticas. A confirmarem-se estas novas estimativas do Governo, há uma revisão em alta do crescimento esperado. No entanto, os valores ficam aquém do que a AD esperava no programa eleitoral (um crescimento de 2,5%).

A melhoria das projeções para a economia traz também ganhos para o Orçamento. Mais crescimento económico representa mais receita fiscal, seja pelo consumo, seja pela Segurança Social (com mais emprego e, espera-se, melhores salários).

O ministro das Finanças já tinha admitido que o PIB crescesse acima de 2% no próximo ano, sem se comprometer com um valor específico.

Na frente orçamental, o Governo está a estimar um excedente de 0,3% do PIB este ano e de 0,2% para o próximo, valores em linha com o que vinha sendo avançado pelo Governo.

O saldo para 2025 inclui o impacto das medidas já aprovadas pela oposição na Assembleia da República. Ou seja, está a considerar a descida extra de IRS, a redução do IVA da eletricidade e o fim das portagens nas ex-Scut.

O ministro das Finanças está a trabalhar com um saldo estrutural em torno de 0% em ambos os anos (embora o valor ainda esteja a ser trabalhados com a Comissão Europeia).

Espera-se ainda que a receita fiscal cresça entre 4% a 4,5% em 2024 e 2025 e que a despesa corrente primária (que não considera as despesas com juros da dívida) aumente 5% este ano, mas que o ritmo abrande no próximo, para 4%.

Nos juros com a dívida pública, e tal como o Negócios já tinha escrito, espera-se um acréscimo de despesa de 500 milhões de euros este ano face a 2023 e de 300 milhões face a 2024. ■ SP

RENDIMENTOS

Salário mínimo avança ao ritmo mais baixo em quatro anos

Governo reúne-se esta quarta-feira com parceiros sociais. Proposta para o salário mínimo faz abrandar as subidas para 4,9%. Variação permite ganhos reais, mas falta ainda esclarecer se a retribuição mínima continuará no OE 2025 isenta de IRS.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Depois de ter vindo a acelerar em todo o período pós-pandemia, o salário mínimo deverá começar a perder velocidade no próximo ano, caindo para o menor ritmo de subida registado desde 2021. Aos parceiros sociais, o Governo deverá apresentar nesta quarta-feira uma proposta para fixar a retribuição mínima nos 860 euros em 2025, no que representará um crescimento que fica nos 4,9%.

O valor, avançado esta segunda-feira pelo jornal Eco, significa que o valor bruto do salário mínimo poderá assim subir em 40 euros face ao que está em vigor neste ano. Tendo em conta a meta do Governo de Luís Montenegro de atingir um patamar de 1.000 euros em 2028, esta evolução representa, porém, que será dado um passo menor na subida programada para 2025, com maior esforço a ser atirado para os anos seguintes. Para avançar todos os anos, em termos nominais, um valor semelhante até ao objetivo, seria necessário elevar o salário mínimo anualmente em 45 euros.

Esta subida em 40 euros representa igualmente um forte abrandamento nas subidas do salário mínimo, que nos anos recentes de forte escalada da inflação teve avanços em torno dos 8% (7,8% em 2023 e 7,9% neste ano). Estas subidas representaram já melhorias no poder de compra da retribuição mínima, que em 2022 saiu a perder (aumentou 6%, mas a inflação média anual foi de 7,8%).

SMN ACELEROU COM CHOQUE DE PREÇOS

Evolução do valor do salário mínimo nacional (SMN) em euros e variação, em percentagem

Com aumentos nominais de 40, 55 e 60 euros nos últimos três anos, a retribuição mínima acelerou sob o choque da inflação. As subidas rondaram os 8% em 2023 e 2024, mas deverão agora abrandar.

Fonte: MTSSS

PESO DOS SALÁRIOS NO PIB AQUÉM DA META

Peso anual de remunerações e contribuições sociais, em percentagem do PIB

O acordo de rendimentos fechado pelo anterior Governo em concertação social fixou uma meta de 48,3% para o peso de salários no PIB, que continua distante. Portugal persiste também abaixo da média da Zona Euro.

Fonte: Eurostat

Face à previsão de uma inflação em torno dos 2% em 2025, incluída no cenário macroeconómico apresentado pelo Governo aos partidos nas reuniões desta terça-feira, mesmo abrandando, a subida de 4,9% deverá representar um ganho real de rendimentos para os trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo.

Contudo, falta ainda saber se na proposta de Orçamento do Estado para 2025 o Governo quererá manter isenta de IRS a retribuição mínima. Desde 2023, recorde-se, o Código do IRS deixou de prever que o valor do mínimo de existência não pudesse ", por titular, ser inferior ao valor anual da retribuição mínima mensal". A intenção do anterior Governo era, inicialmente, a de que o salário mínimo passasse a ser alvo de tributação em IRS em 2024, acabando, no entanto, este por recuar e subir o mínimo de existência para um valor de 11.480 euros anuais (14 vezes o salário mínimo mensal) ou 1,5 vezes o indexante de apoios sociais (IAS) por 14 meses (10.694,46 euros em 2024).

Para manter a isenção ao salário mínimo, seria necessário elevar o primeiro patamar do mínimo de existência para 12.040 euros em 2025. O Governo não deu ainda indicação do que pretende fazer. Também a subida do indexante de apoios sociais, cuja atualização está prevista na lei e serve de referência a várias prestações sociais, não surge ainda nos quadros de impacto de despesa comprometida para 2025 já entregues no Parlamento.

Em regra, a evolução de salários é medida em termos relativos. Desde logo, em comparação com subidas de preços esperadas ou passadas, para garantir o acompanhamento do custo de vida. À medida que os salários aumentam, manter um valor nominal de subida estanque representará sempre variações progressivamente menores ao longo do tempo – e é isso que acontecerá com as trajetórias desenhadas quer pelo anterior Governo, quer pelo atual, no que toca ao salário mínimo, mas também nas valorizações da Função Pública acordadas com sindicatos, que previram aumentos em torno dos 50 euros num período de quatro anos até 2026.

Mas, mais do que o acompanhamento do custo de vida, a evolução dos rendimentos acordada para os próximos anos com os parceiros sociais reflete também o objetivo de fazer com que os salários cresçam acima do PIB nominal, permitindo que ganhem maior peso na economia. A meta – que o atual Governo não deu indicação de querer alterar – é a de que o peso dos salários atinja 48,3% do PIB até 2026. Em 2023, e de acordo com dados revistos recentemente pelo Eurostat, o valor ficou ainda longe – em 47,1% do PIB e abaixo da média da Zona Euro. ■

860

VALOR
O Governo deverá apresentar aos parceiros a proposta de uma subida do salário mínimo para os 860 euros brutos em 2025.

4,9%

SUBIDA
O aumento – em 40 euros – representará uma subida de 4,9%, naquela que será a menor variação desde 2021.

A plataforma de doação segura do Electrão

O **Ondedoar.pt** é o ponto de encontro entre empresas e instituições sociais. Uma plataforma para promover a doação de equipamentos eléctricos, pilhas, baterias, móveis, têxteis ou outros produtos, maioritariamente novos, mas também usados em bom estado.

Saiba mais em **www.ondedoar.pt**

JUSTIÇA FISCAL

Vestager despede-se com vitória sobre gigantes tecnológicas

A vice-presidente da Comissão Europeia, com os pelouros da concorrência e do digital, despede-se do cargo de comissária com o Tribunal de Justiça a dar-lhe razão em disputas contra a Google e a Apple. "Ninguém está acima da lei", declarou.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

Johanna Geron/Reuters

"Uma grande vitória para os cidadãos europeus e para a justiça fiscal", declarou Margrethe Vestager.

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) decidiu esta terça-feira dar razão à Comissão Europeia em dois grandes processos contra a Google e a Apple. No primeiro caso a empresa terá de pagar uma coima de 2,4 mil milhões de euros por ter abusado da sua posição dominante no mercado e no segundo a Apple terá de devolver à Irlanda 13 mil milhões de euros em impostos que deixou de pagar no país por ter beneficiado de um auxílio fiscal considerado ilegal.

As duas decisões foram anunciadas numa altura em que Margrethe Vestager, a vice-presidente executiva da União Europeia com as pastas da concorrência e do digital está de saída do Executivo comunitário, e segundo a própria, representaram "uma grande vitória para os cidadãos europeus e para a justiça fiscal", um "processo simbólico, que demonstrou que até as empresas tecnológicas mais poderosas podem ser responsabilizadas, que ninguém está acima da lei".

O processo contra a Google vem de 2017, quando a Comissão Europeia avançou com a coima considerando que a gigante tinha abusado da sua posição dominante nos vários mercados nacionais da pesquisa na internet ao ter favorecido o seu próprio serviço de comparação de produtos face ao dos seus concorrentes.

Basicamente, a Google apresentava os resultados de pesquisa do seu serviço de comparação de preços em primeiro lugar e dava-lhes destaque, acompanhando-os de informações visuais e de texto atrativas, diz o TJUE. Em contrapartida, os resultados de pesquisa dos serviços de comparação de produtos concorrentes só apareciam como simples resultados genéricos (apresentados sob a forma de hiperligações azuis), numa posição inferior. A Comissão concluiu que se estava perante uma situação de abuso da posição dominante no mercado dos serviços de pesquisa geral na internet e de serviços de pesquisa especializada de produtos e aplicou à Google uma coima de 2.424.495 000 euros, sendo a Alphabet, enquanto única acionista da Google, solidariamente responsável pelo montante de 523.518.000 euros. A decisão foi contestada junto do Tribunal Geral, que manteve a coima, e depois alvo de recurso para o TJUE, que decidiu fazer o mesmo.

2,4
COIMA
O tribunal confirmou a coima no valor de 2,4 mil milhões que a Comissão tinha aplicado à Google por abuso de posição dominante.

13
IMPOSTO EM FALTA
Por ter concedido à Apple ajudas de Estado agora consideradas indevidas, Irlanda terá de reaver 13 mil milhões de imposto em falta.

Auxílios de Estado ilegais

Já o processo contra a Apple concluiu que as sociedades do grupo beneficiaram, entre 1991 e 2014, de um auxílio de Estado concedido pela Irlanda, correspondente a vantagens fiscais relativas aos lucros gerados fora dos Estados Unidos. A decisão foi tomada inicialmente pela Comissão Europeia, em 2016, depois anulada pelo Tribunal Geral – que considerou que a vantagem não tinha sido suficientemente demonstrada –, e agora confirmada pelo TJUE, que assim decide definitivamente o litígio.

De acordo com as estimativas da Comissão, a Irlanda concedeu 13 mil milhões de euros de vantagens fiscais ilegais à Apple, um valor que o Estado está obrigado a recuperar, diz o TJUE.

Em 1991 e em 2007, descreve o tribunal, a Irlanda emitiu duas decisões fiscais prévias a favor de duas sociedades do grupo Apple – a Apple Sales International (ASI) e a Apple Operations Europe (AOE). Estas empresas foram constituídas como sociedades de direito irlandês, mas não eram residentes fiscais no país. E as decisões fiscais prévias – chamadas "rulings" fiscais – aprovavam os métodos utilizados pela ASI e pela AOE para determinar os seus lucros tributáveis na Irlanda, relativos às atividades comerciais das respetivas sucursais irlandesas.

Ora, considerou a Comissão Europeia, ao excluir da base tributável os lucros gerados pela exploração das licenças de propriedade intelectual detidas pela ASI e pela AOE – por estarem as mesmas estabelecidas fora da Irlanda e de a gestão dessas licenças depender de decisões tomadas ao nível do grupo Apple nos Estados Unidos –, as "rulings" fiscais concederam a essas sociedades, entre 1991 e 2014, um auxílio de Estado ilegal e incompatível com o mercado interno. Um auxílio que beneficiaria, na prática, todo o grupo Apple.

Em 2020, na sequência de um recurso apresentado pela Irlanda e pela Apple, a decisão da Comissão acabaria por ser anulada, por decisão do Tribunal Geral, que considerou que o Executivo comunitário não tinha conseguido demonstrar a existência de uma vantagem seletiva resultante das cedências fiscais em causa. Este acórdão foi agora anulado pelo TJUE. ■

CONSTRUÇÃO

MP aponta para falência culposa na Soares da Costa

Ainda mudou de nome, no final de 2022, para "afastar a carga negativa associada

Em causa está o presidente da empresa, Joaquim Negrito Fitas, que é acusado de ter gerido, "a seu bel-prazer, os créditos para saldar" da construtora que faliu com dívidas de 526 milhões de euros.

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt

Joaquim António Negrita Fitas, que presidiu à falida Soares da Costa nos últimos oito anos de vida da empresa, vai a julgamento. Acontece que o tribunal "ainda não conseguiu notificar" o empresário, revelou ao Negócios o administrador de insolvência daquela que chegou a ser a maior construtora portuguesa, com um efetivo próximo dos oito mil trabalhadores.

A decisão do juiz do processo assentou no parecer do Ministério Público (MP), que qualificou a insolvência da empresa "como culposa", considerando "necessário, proporcional e adequado" Joaquim Fitas ser proibido de exercer funções de gestão e condenado a indemnizar os credores da empresa.

"Decretar a inibição do referido indivíduo para administrar património de terceiros durante o período de oito anos, bem como para ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública e cooperativa", preconiza o MP.

No seu parecer, a que o Negócios teve acesso, o MP considera, também, que o tribunal deverá "determinar a perda de quaisquer créditos detidos pelo afetado sobre a insolvência e massa insolvente" da empresa falida, assim como "condenar o mesmo na indemnização dos credores até ao montante máximo dos créditos não satisfeitos, considerando as forças do respetivo património".

O MP requer, ainda, "a realização de perícia, de natureza contabilístico-financeira à sociedade SdCAA – Sociedade de Construções da África Austral, S.A." – nome que a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. adotou em dezembro de 2022 –, "considerando o período compreendido desde 1 de janeiro de 2018 até 13 de maio de 2023, data da declaração de insolvência".

526,3
DÍVIDA
Chegou a ser a maior construtora portuguesa e a empregar perto de oito mil trabalhadores. Faliu com dívidas de 526,3 milhões de euros.

Fitas omitiu insolvência "até à confissão"

O MP observa que desde 10 de abril de 2015 que Fitas presidia à empresa. "Na verdade, era ele quem tomava todas as decisões respeitantes à vida empresarial, realizando contratos, exercendo direitos, cumprindo obrigações, representando a SdCAA nas relações com a Administração Pública, fornecedores e funcionários, chamando a si, de modo estável e efetivo, a gestão financeira, contabilística e fiscal da referida sociedade", realça.

Lembrando que a Soares da Costa esteve em Processo Especial de Revitalização (PER), no âmbito do qual foram reconhecidos créditos no valor de 611,1 milhões de euros, os mesmos "não foram pagos, acabando o plano homologado [em fevereiro de 2018] por não ser cumprido".

Mas eis que, como explica o MP, "em julho de 2018 a SdCAA atingiu o colapso financeiro, tornando-se absolutamente incapaz de satisfazer a generalidade das dívidas até então vencidas e, logicamente, incapaz de satisfazer as que se venceram posteriormente".

Ora, "não obstante plenamente inteirado dessa realidade, o requerido Joaquim António Negrita Fitas ao invés de apresentar a SdCAA à insolvência decorridos trinta dias sobre a referida data, como era sua obrigação, decidiu prosseguir indefinidamente a atividade daquela, renovando essa resolução até à confissão, nos autos principais, da situação insolvencial", acusa o MP.

Isto, "transmitindo até 13 de maio de 2023, data da declaração da insolvência, a todo o universo de entidades que se relacionavam com a SdCAA – compreendendo, nomeadamente, os seus trabalhadores, passando por financiadores, fornecedores e o próprio estado português – que esta estava capaz de honrar os seus compromissos, o que não correspondia à verdade", denuncia o MP.

"Elegendo, a seu bel-prazer, os créditos por saldar"

Foi a 13 de dezembro passado que o juiz do processo determinou aberto o "incidente de qualificação de insolvência" da empresa, na sequência de um requerimento nesse sentido efetuado por uma (ex-)trabalhadora, que relatava uma série de "atos de gestão praticados pela administração" de Fitas em que, garante, "foram cometidas legalidades, gestão danosa e, eventualmente, crimes económico-financeiros".

Alguns desses atos foram pas-

José Coelho/Lusa

ao novo histórico 'Soares da Costa'", mas acabou mesmo por falir.

[Considera] necessário, proporcional e adequado decretar a inibição do referido indivíduo [Joaquim Fitas] para administrar património de terceiros durante o período de oito anos.

MINISTÉRIO PÚBLICO

sados a pente fino pelo MP, que serviram para classificar a insolvência como culposa, considerando que Fitas "foi elegendo, a seu bel-prazer, os créditos por saldar, atribuindo parte das receitas que a SdCAA foi tendo ao longo do tempo, não apenas a credores comuns e privilegiados, mas também a finalidades ainda não concretamente apuradas".

Como? "Seguindo os seus próprios critérios de escolha, quer ao nível dos beneficiários, quer dos montantes a liquidar, em prejuízo dos créditos laborais, créditos da Fazenda Pública e da Segurança Social, cuja pré-existência e natureza privilegiada não ignorava, impossibilitando que tais créditos fossem satisfeitos, segundo a ordem legal de preferência, como aconteceria caso graduados e rateados no âmbito do processo de insolvência", explana o MP.

Recorde-se que, em sede de insolvência, envolvendo cerca de 2.200 credores, foram reconhecidos créditos que totalizam 526,3 milhões de euros, com o Estado à frente – a CGD tem a haver 186,2 milhões de euros, a Segurança Social 20,6 milhões e o Fisco 5,8 milhões de euros.

Aos antigos trabalhadores ficou por pagar 45 milhões de euros de créditos, constando ainda da lista, entre muitos outros, o BCP (107 milhões). Não está a ser fácil vender os despojos da SdCAA, cuja massa falida deverá recuperar poucos milhões.

À data da insolvência, a empresa tinha cerca de 380 trabalhadores ao serviço, sendo que, em face da não apresentação do plano [de recuperação], todos os trabalhadores foram despedidos", refere-se no relatório do gestor judicial, Francisco José Areias Duarte, que viria a considerar a insolvência como fortuita. ■

Gestor judicial: "Ficaremos a aguardar pelo julgamento"

Contrariando o parecer do Ministério Público, o administrador judicial da Soares da Costa considerou insolvência da empresa como fortuita.

Chamado a dar o seu parecer sobre o "incidente de qualificação de insolvência" da Soares da Costa – que tinha entretanto mudado de nome para Sociedade de Construções da África Austral (SdCAA) –, aberto pelo tribunal em dezembro passado, o administrador judicial concluiu que a insolvência da empresa terá sido fortuita.

Será uma questão de direito que terá de ser dirimida entre o Eng. Joaquim Fitas e o Ministério Público. Ficaremos a aguardar pelo julgamento.

FRANCISCO AREIAS DUARTE
Administrador de insolvência

O entendimento de Francisco José Areias Duarte é contrário ao parecer do Ministério Público, que considerou a qualificação da insolvência da SdCAA como culposa, "afetando Joaquim António Negrita Fitas", que presidiu àquela que chegou a ser a maior construtora portuguesa nos últimos oito anos de vida da empresa.

E agora? "Será uma questão de direito que terá de ser dirimida entre o Eng. Joaquim Fitas e o Ministério Público. Ficaremos a aguardar pelo julgamento", remata o administrador de insolvência da SdCAA, em declarações ao Negócios.

No seu parecer, Francisco Duarte fundamenta cada um dos atos de Fitas que constam do requerimento da ex-trabalhadora que levou o tribunal a decidir-se pela abertura de "incidente de qualificação de insolvência", acabando por considerar que "não existem indícios de sonegação de património, com intuito de dificultar ou prejudicar a satisfação dos créditos dos credores da insolvente".

Assim, conclui, "não se encontram reunidos os requisitos" para a qualificação da insolvência como culposa", pois, alega, "não foi detetada a existência de quaisquer factos suscetíveis de gerar responsabilidade criminal".

Em fevereiro passado, quando ainda não era conhecido o parecer do Ministério Público, Francisco Duarte foi assertivo quando contactado pelo Negócios: "No meu entender, não se encontram reunidos os requisitos para a qualificação da insolvência como culposa, pelo que entendo que será fortuita, mas, em caso de dúvida, se o Ministério Público considerar a insolvência como culposa, o sr. dr. juiz deverá mandar esta matéria para julgamento", defendia.

Perante o parecer do Ministério Público, o caso segue para julgamento. Entretanto, revelou Duarte, o tribunal "ainda não conseguiu notificar" Joaquim Fitas. ■

RUI NEVES

ENERGIA

DH2 investe 60 milhões para ter hidrogénio em Portugal até 2027

A empresa espanhola, que opera também em França, México e Uruguai, está já a desenvolver uma central de produção de hidrogénio verde em Vila Velha de Rodão, que acaba de receber da AICEP o estatuto PIN, de potencial de interesse nacional.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Thomas Imo/AP

O hidrogénio que será produzido em Vila Velha de Rodão pela DH2 terá como clientes papeleiras como a Navigator, Altri, Paper Prime, entre outras.

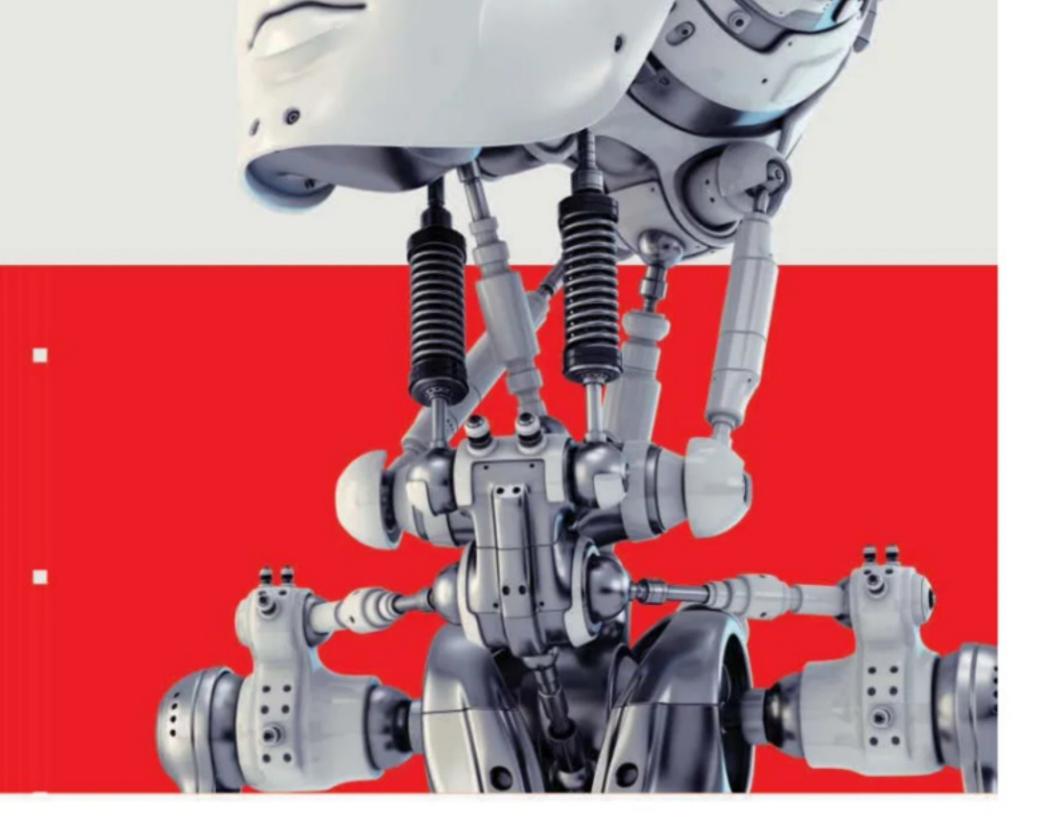
A empresa espanhola DH2 Energy, que tem em desenvolvimento uma carteira de 15 gigawatts (GW) de projetos de produção de hidrogénio verde na Península Ibérica e também no México, França e Uruguai, vai investir 60 milhões de euros até 2027, em Portugal, para construir a futura central VVR Green na zona industrial de Vila Velha de Rodão, revelou ao Negócios Nuno Gonçalves, responsável da empresa para o mercado nacional.

Situado numa região do distrito de Castelo Branco com forte presença das indústrias do papel e plástico (capazes de absorver até 80% da futura produção deste gás renovável), o projeto terá numa primeira fase 35 MW de eletrolisadores, alimentados por uma central fotovoltaica própria – com quase 50 MW de capacidade instalada e perto de 100 mil painéis solares espalhados por 250 hectares de terreno. Por ano, a DH2 Energy estima para esta primeira fábrica em Portugal uma produção de hidrogénio verde na ordem das 1.650 toneladas, das quais a esmagadora maioria será para consumo local. Nuno Gonçalves revela ainda que o projeto permitirá criar 30 empregos diretos.

Neste momento a empresa já detém a licença de produtor de gases de origem renovável, estando a decorrer a fase de trabalhos técnicos até ao final do ano, altura em que deverá ser lançado o processo de licenciamento ambiental e industrial. O responsável estima que a construção da primeira fase desta central possa ter início até ao final de 2025, parar entrar em operação em meados de 2027. Mais tarde, até 2030, o VVR Green mais do que duplicará a sua capacidade – para 75 MW de eletrolisadores, 100 MW de energia solar e uma produção anual de 3.500 toneladas – "alinhado" com o Eixo Nacional de Transporte de Hidrogénio e o futuro gasoduto com quase 250 quilómetros entre Celorico da Beira, em Portugal, e Zamora, em Espanha (CelZa). Para a totalidade do projeto, a empresa tinha calculado um investimento de mais de 160 milhões de euros, valor que Nuno Gonçalves estima ser agora cerca de 30% mais baixo, por causa da redução dos preços dos equipamentos (eletrolisadores e painéis solares, entre outros).

> **3.500**
> **PRODUÇÃO DE H2**
> Quando a segunda fase estiver pronta, em 2030, o projeto VVR Green produzirá cerca de 3.500 toneladas de hidrogénio por ano.

No início deste mês, o primeiro projeto da DH2 em terras lusas recebeu da Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) o estatuto PIN, de potencial de interesse nacional, o que permitirá à empresa acelerar o processo de licenciamento ambiental. A empresa decidiu não concorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência para este projeto, sendo os 60 milhões de investimento provenientes de capitais próprios e financiamento. A DH2 planeia, entanto, concorrer com o VVR Green ao segundo leilão do Banco Europeu de Hidrogénio, depois de ter visto o projeto que neste momento está mais avançado em Espanha – chamado Hysencia, em Huesca, província de Aragão, também com 35 MW, 70 milhões de investimento e arranque previsto para 2027 – ser um dos vencedores do primeiro leilão.

Na calha para Portugal a empresa tem já em desenvolvimento um segundo projeto no país, também a norte, que deverá estar operacional em 2030 com ligação ao corredor de hidrogénio europeu H2Med, que transportará o hidrogénio verde produzido em Espanha e Portugal para países como a Alemanha e Países Baixos, entre outros. Com sede em Madrid, a DH2 tem mais de 25 projetos de hidrogénio a avançar em Espanha (alguns deles de maior dimensão, entre os 150 e 300 MW, produção estimada entre 10 e 15 mil toneladas e investimentos até 500 milhões de euros), além de um pipeline de dimensão semelhante no México e mais dois projetos, sendo um deles em França e outro no Uruguai. ■

Edgar Martins

A Mota-Engil lidera o consórcio que apresentou a única proposta para a construção do primeiro troço.

ALTA VELOCIDADE

Júri aprova proposta do consórcio da Mota-Engil

A única proposta admitida para o primeiro troço foi da Lusolav e agora o júri do concurso público avaliou de forma "manifestamente positiva" a adjudicação ao consórcio português.

DIOGO MENDO FERNANDES
diogofernandes@negocios.pt

O júri do concurso público aprovou a proposta do consórcio português Lusolav – que inclui a Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro e Conduril – para a construção do primeiro troço da linha de alta velocidade entre Porto e Oiã. A informação consta do documento de avaliação ao qual o Negócios teve acesso.

Este consórcio liderado pela Mota-Engil era o único que tinha sido validado como estando carregado na plataforma eletrónica de contratação pública.

Da avaliação, "resulta que a única proposta apresentada obteve uma avaliação manifestamente positiva nos subfatores de avaliação B1 - Estação de Campanhã e B3 - Ponte, tendo obtido a pontuação máxima em mais de metade dos subfatores de avaliação elementares que os compõem", pode ler-se.

A pontuação global de 4,448 atribui maior ponderação relativa, de 70%, ao fator preço. "A avaliação financeira da proposta é mais baixa, por ter sido apresentado um valor atualizado líquido ("VAL"), com referência a dezembro de 2023, de 1.661.362.811,55 euros, muito próximo do preço base de referência", indicam.

O júri deliberou "propor a sua adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar". Todavia, alerta que "tendo presente a circunstância de apenas ter sido apresentada uma proposta, de forma atempada, revela-se necessária uma especial ponderação sobre a mais-valia da adjudicação da única proposta apresentada, a realizar pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do projeto em causa".

O consórcio liderado pela Mota-Engil foi o único carregado na plataforma eletrónica de contratação pública.

De acordo com as apresentações que têm sido feitas pela Infraestruturas de Portugal, a PPP Porto-Oiã tem previsto um investimento total de 1.978 milhões de euros, enquanto a Oiã-Soure está estimada em 1.751 milhões, sendo apontada uma menor complexidade a este segundo troço, que deverá ser lançado a concurso neste terceiro trimestre.

Os dois troços fazem parte da primeira fase da alta velocidade que ligará as duas maiores cidades portuguesas em uma hora e 15 minutos, que contará com financiamento do Banco Europeu de Investimento de 3 mil milhões de euros. Portugal apresentou também uma candidatura a um total de 875 milhões de euros a fundos do programa comunitario CEF, dos quais 729 milhões são fundos que estão reservados a Portugal e outros 146 milhões são em regime concorrencial com os países da Coesão. ■

DESPORTO

Lucro da Sporting SAD cai 52% para 12,1 milhões de euros

Pelo terceiro exercício consecutivo, a Sporting SAD apresenta um resultado líquido positivo. Não conseguiu, no entanto, evitar uma redução expressiva do lucro, que na época 2023/2024, fixou-se em 12,1 milhões de euros, uma queda de 52% face aos 25 milhões da época anterior.

Já o volume de negócios atingiu o maior valor de sempre: 246,7 milhões de euros, uma subida de 11,1% face ao período homólogo.

De acordo com o relatório e contas enviado nesta terça-feira à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), esta foi a primeira vez que os "leões" registam três anos consecutivos de resultados líquidos positivos.

A ausência do clube da Champions League, que no ano anterior representou uma fonte importante de receita, levou a que o resultado operacional derrapasse em 26 milhões de euros face ao período homólogo, para 14,5 milhões de euros.

O passivo registou uma subida de 44,4 milhões de euros, justificado pela SAD com "compras de jogadores, em particular dos atletas Victor Gyökeres e Morten Hjulmand".

Já o ativo registou um salto de 56,5 milhões de euros para 374,4 milhões, face aos 317,9 milhões de euros na última época, " por consequência das vendas de jogadores efectuadas neste período", descreve a SAD leonina.

Pelo segundo ano consecutivo, o valor dos capitais próprios da SAD foi positivo. Atingiu 21 milhões de euros.

Com a melhoria da solvabilidade, escreve a SAD, "pela primeira vez em mais de 20 anos, a auditora responsável pela certificação legal das contas e relatório de auditoria removeu do seu parecer a incerteza material relacionada com a continuidade da Sporting SAD".

O relatório e contas recorda ainda a recompra dos valores mobiliários convertíveis (VMOC) ao Novo Banco e BCP, por parte do Sporting Clube de Portugal, e ainda a restruturação de dívida com a Sagasta.

No que toca à transação de jogadores, o clube verde e branco arrecadou 143,5 milhões de euros, sobretudo devido à venda de Manuel Ugarte e Pedro Porro.

Na venda de "merchandising", o Sporting atingiu o valor recorde de 15,2 milhões de euros.

Em bilheteira, a SAD leonina arrecadou 20,1 milhões de euros, um aumento de 2% face à última época, ainda que tenha registado uma redução de 2,4 milhões de euros no capítulo das receitas provenientes das competições europeias face a 2022/2023. ■

BÁRBARA CARDOSO

246,7

VOLUME DE NEGÓCIOS
A Sporting SAD registou maior volume de negócios de sempre: 246,7 milhões de euros, uma subida homóloga de 11,1%.

143,5

VENDA DE JOGADORES
O clube verde e branco arrecadou 143,5 milhões de euros em vendas de jogadores, sobretudo Manuel Ugarte e Pedro Porro.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Idade :** 45 anos ● **Cargo:** Shiftify, Estratégias de Sustentabilidade, sócio, desde Junho de 24
Ministro do Ambiente e Acção Climática (22-24)
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (2019-22)
Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa (2013-19)
● **Formação:** MBA, ISCTE
Licenciado em Economia, ISEG

Duarte Cordeiro

"Não podemos aceitar que projetos estratégicos demorem tantos anos para serem concretizados"

HELENA GARRIDO Texto **TIAGO SOUSA DIAS** Fotografia

Ex-ministro do Ambiente regressou ao setor privado. Não vê conflito por trabalhar em áreas que não tutelou. Defende ainda que há divergências que acabam por bloquear medidas.

Fez uma pausa na sua vida política "também por algum desconforto relativamente a um prolongamento de suspeitas que depois não são esclarecidas no tempo". Em causa está a operação Influencer em que se viu também envolvido. E 20 anos depois de ter deixado o setor privado para se dedicar à política cria a sua própria empresa, a Shiftify, Estratégias de Sustentabilidade, focada nos setores mais difíceis de descarbonizar e nos países em desenvolvimento. Duarte Cordeiro, ex-ministro do Ambiente e da Ação Climática, marca a estreia da quarta temporada das "Conversas com CEO", integradas na iniciativa Negócios Sustentabilidade 20|30. Durante mais de meia hora, numa entrevista que pode ser ouvida na íntegra em podcast, falamos da sua experiência como ministro, da herança que deixou, dos desafios que se colocam no caminho das políticas ambientais e dos objetivos que tem para a sua agora atividade empresarial.

A sua carreira política acabou? Ou está em pausa apenas?

A minha carreira política resulta de desafios que foram surgindo. Comecei no setor privado e o envolvimento que na altura tive na juventude do PS puxou-me para a participação no setor público. Também houve aqui o facto de ter feito parte das equipas de António Costa que se tornou na pessoa que se tornou na vida política. Existe a ideia, muitas vezes demonizada, de uma carreira na vida política. Mas o pior que pode haver é políticos impreparados. Há aqui um equilíbrio entre ir ganhando experiência no exercício de cargos públicos e procurar realizar a vida profissional no privado. Já me aconteceu quando saí da Faculdade, volta a acontecer agora.

Quase 20 anos depois. O caso Influencer teve influência nesta sua decisão de sair ou fazer uma pausa da política?

Quando exercemos cargos públicos e, no meu caso, de alguma exigência e responsabilidade, não é negativo uma pessoa distanciar-

-se e, se houver alguma questão e dúvida sobre o exercício das nossas funções, procurar que seja totalmente esclarecida. O último período da nossa vida coletiva, relativamente a essas questões, não é muito positivo, nem para muitas pessoas ficarem na vida política, nem para outras se sentirem desafiadas para tal. Mas quero acreditar, e espero, como sociedade, que consigamos ultrapassar e não criar bloqueios desnecessários à participação na vida política. No meu caso, foi uma opção que tomei também por algum desconforto relativamente a um prolongamento de suspeitas que depois não são esclarecidas no tempo. Fiz uma reflexão sobre a minha participação na vida política nos últimos anos, em que é que eu podia continuar a fazer diferença e foi aí que evoluí para a ideia da constituição de uma empresa.

Foi Ministro do Ambiente e criou uma empresa nesta área. Porque pensa que não há aqui conflito de interesses?

É ler a lei, que é clara. Por vezes gostamos de falar, mas esquecemo-nos de ler a lei. A descarbonização, a sustentabilidade, atingirá todos os setores da economia. E há setores em que este processo exige apoio para ser acelerado. A nossa empresa dirige-se a setores de áreas que não tutelei. Não vejo onde é que existe o conflito em áreas como a logística, o agroalimentar, a indústria... A questão foi de que forma podia contribuir, através de um projeto empresarial, para acelerar o processo da descarbonização e a mudança de mentalidades. E as áreas que identificámos - ultrapassadas obviamente as questões a que estamos atentos das incompatibilidades – foram os setores difíceis de descarbonizar em áreas que não tutelei. Mas também ajudar no desenvolvimento de políticas ambientais em países em desenvolvimento.

E porque escolheu a Shiftfy os setores mais difíceis de descarbonizar?

Porque são os que precisam de mais ajuda no processo de mudança. Há muitos setores difíceis de descarbonizar, toda a parte dos transportes, marítimo ou rodoviário de mercadorias, a indústria, o agroalimentar ou a aviação.

No ranking dos maiores emissores de CO_2 da Associação Zero temos a Galp, o setor cimenteiro, a TAP e também a EDP.

Não trabalharei com empresas do setor de energia pelas razões das incompatibilidades. Em Portugal, neste momento, as maiores emissões são no setor dos transportes, que ultrapassou a energia. Qualquer empresa, qualquer setor vai ter de desenvolver respostas em três dimensões. Na eficiência, procurando consumir menos energia, na mudança tecnológica, e depois, no fim, a parte da compensação.

Quer dar um exemplo?

Um bom exemplo é o da logística de transportes. Hoje as empresas destes setores começam a ter pressão dos seus clientes que querem perceber qual é a pegada dos seus fornecedores. Um segundo nível de pressão vem da banca, que também hoje já começa a classificar as empresas em função de riscos ambientais.

Durante a sua carreira política o que identificou como medidas mais difíceis de tomar?

Muitas vezes desvalorizamos o facto de o processo de execução das políticas ser complexo. Estamos muito focados no momento da apresentação das políticas e achamos que o processo está concluído. Mas entre a apresentação e a execução é muito normal existirem mudanças na forma como os projetos estão a ser executados e revisão de objetivos. E muitas vezes, o país, na dimensão da execução, tem dificuldade em conviver com a diferença de opinião. Procuramos sempre, estranhamente, que tudo tem de ser consensual para poder avançar. E não tem de ser assim. Temos de evoluir, temos de compreender que as políticas não conseguem agradar a todos. Não podemos continuar a aceitar que determinados projetos estratégicos do país demorem tantos anos para serem concretizados. Há uma tendência para dar destaque à parte divergente das medidas e, por vezes, com uma dimensão e eco que as bloqueiam.

De onde é que vem esse bloqueio? Dos protagonistas? Dos grupos de interesse?

Por vezes vem dos protagonistas, que podem sentir-se intimidados com a dimensão de uma crítica à execução de um projeto, e recuam. Por vezes vem da forma como facilitamos, digamos assim, a litigância e que também bloqueia a ação. No ambiente, por exemplo, enfrentamos o que conhecemos como NIMB [Not In My Backyard], em que, às tantas, existe dificuldade de colocar no território uma infraestrutura de natureza ambiental. É verdade que tem de se ter em conta a preocupação com o território, mas isso deve ser compreendido, mas não inibidor de uma decisão se por acaso existirem interesses conflituantes. Têm de se assumir as decisões.

Estamos bastante atrasados na gestão de resíduos. O que aconteceu? Até parece que que retrocedemos.

Pelo contrário, houve um conjunto de decisões muito importantes que vão permitir que este setor avance. Uma delas foi criar o sistema de depósito com reembolso, com máquinas para colocarmos as embalagens de plástico e termos um retorno da nossa atitude cívica. Isso vai permitir aumentar substancialmente a reciclagem de embalagens de plástico. Houve também uma alteração no sistema de incentivos, nomeadamente aos municípios, para premiar a recolha de biorresíduos. E houve uma mudança no Plano Estratégico Nacional para o setor dos resíduos ter um papel na valorização energética e na descarbonização. E tem de se compreender que houve um aumento de custos na recolha, nomeadamente dos municípios, e que tem de se aumentar em parte as contrapartidas para o sistema não colapsar. E temos de tentar prolongar temporariamente os aterros, não com o objetivo de solução final, mas apenas nos sítios onde existem mais dificuldade. As soluções para atingir 10% de resíduos em aterro em 2035 exigem uma resposta dos biorresíduos, da reciclagem e da valorização energética.

“Temos de tentar prolongar temporariamente os aterros, (...) apenas nos sítios onde existem mais dificuldade.”

“Estou convencido que sim, [que a economia circular vai acelerar].”

E esse desafio está sobretudo nos municípios?

Não. É um misto entre os municípios e uma partilha das responsabilidades e dos custos associados ao encarecimento da recolha. Mas também está ao nível da capacidade de criar incentivos, como fizemos na energia, para surgirem novas infraestruturas. Um dos municípios com um conjunto de infraestruturas importantes no futuro, é Tondela...

...Costuma dar-se o exemplo de Maia...

Maia é claramente o município que se destaca nas políticas públicas de recolha. Já tem o Pay-as-you-Throw (PAYT) em que se paga em função do volume de resíduos que geramos. E a Lipor, com a Maia, no sistema de tratamento, também é claramente uma referência. Já Tondela tem um projeto europeu para fazer uma biorrefinaria. Há aqui também trabalho a fazer de verificar se os atuais incentivos são os corretos, porque podemos às vezes ter o ridículo de importar combustíveis derivados de resíduos do estrangeiro em vez de aproveitar os nossos. O tema da valorização energética é essencial.

Vamos assistir a uma aceleração da economia circular.

Estou convencido que sim. As leis que ficaram permitem criar fluxos novos. Este governo, naturalmente, terá a sua avaliação e os seus apontamentos, mas sinto que, em alguns aspetos, já estão lançados os pilares para começar a ter melhores resultados.

Vivemos uma conjuntura de incerteza global política e social. Como conseguimos convencer as pessoas, nesta conjuntura, que é importante salvar o planeta?

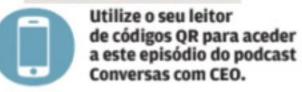
Porque estas políticas ambientais interferem na nossa qualidade de vida. Temos noção hoje que a poluição nas cidades interfere na nossa saúde.

Mas há hoje alguma reação negativa? Como pode a classe política explicar às pessoas que isto é mesmo muito importante?

Evitando discussões em torno de uma ou outra medida que gera uma reação social mais adversa. As políticas ambientais são globalmente aceites pelas pessoas. Todos sentimos as alterações climáticas. Nós somos um país de costeiro e sentimos, seja na nossa costa, na seca, nos incêndios. E a transição justa é fundamental, ou seja, conseguirmos que as pessoas não sintam que estão a ignorar as suas necessidades essenciais e básicas. Não podemos adotar políticas ambientais ignorando o impacto social que elas têm.

E estamos atentos a esse impacto social?

Tem de haver incentivo para a reconversão, para aproveitar a capacidade instalada, o emprego e o conhecimento das pessoas. A ideia de simplesmente fechar de um lado para abrir do outro é socialmente inaceitável. Se calhar vamos ter de apostar mais na captura [de carbono] e moderar a redução das emissões se isso significar ter maior atenção às circunstâncias sociais e à nossa organização como sociedade. Não significa não ter a mesma ambição, mas sim rever a estratégia para tentar diminuir o impacto social e a criação da rejeição. Exige atenção e muita inteligência para evitar sejamos nós a contribuir para quem não acredita nestes impactos. Também é fundamental a demonstração dos resultados, a ideia de que o país está a conseguir, que estamos a atrair investimento, a manter e até criar postos de trabalho. ■

OUÇA O PODCAST EM WWW.NEGOCIOS.PT

Indústria pede alargamento do calendário do PRR

Setores da cerâmica e vidro, cimento e têxtil defendem que são necessários apoios para conseguirem fazer a transição energética e manterem-se competitivos. O PRR é visto como acelerador da descarbonização, mas pode ser necessário estender os prazos.

SÓNIA SANTOS DIAS

A indústria portuguesa tem dois anos para concluir 810 projetos de descarbonização ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente até junho de 2026. Segundo a Comissão Especializada em Energia e Clima da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA-PRR), a dotação inicial foi de 400 milhões de euros, mas à data do quarto relatório, divulgado em julho, ainda estava por apurar a dotação global do investimento e a distribuição entre projetos.

Recorde-se que, globalmente, o PRR tem uma dotação de 22,2 mil milhões de euros para concretizar 44 reformas e 117 investimentos, de forma a colocar Portugal no caminho do crescimento económico e em convergência com a Europa. Mas a dois anos do final do período de execução, o aproveitamento dos fundos europeus está longe do desejável. Este último relatório mostra que 9% dos investimentos estão em estado "crítico", 30% são considerados "preocupantes" e para 23% é "necessário acompanhamento". Ou seja, 62% das verbas disponíveis no PRR estão por concretizar na sua plenitude. Apenas 33% dos investimentos estão "alinhados com o planeamento" e 5% "concluídos".

Neste cenário, surgem críticas de que os apoios não chegam a tempo e horas para se poderem fazer os investimentos na descarbonização, e que tal poderá pôr em causa as metas de algumas indústrias em Portugal.

D.R.

A Riopele está a dias de arrancar com a nova central fotovoltaica.

É o caso da área do cimento. "A promoção da descarbonização, um dos principais desafios da indústria cimenteira, está associada ao sucesso da execução do PRR. As decisões de investimento iniciais e os projetos submetidos ao abrigo de componentes do PRR, como a C11 - Descarbonização da Indústria, são críticos para o cumprimento das metas de descarbonização e competitividade nacionais e requerem a atuação urgente das autoridades nacionais no sentido na defesa junto da Comissão Europeia do alargamento do prazo para a prossecução dos projetos, de 31 de dezembro de 2025 para, pelo menos, o 2º trimestre de 2026", defende Otmar Hübscher, presidente da Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC).

Na sua perspetiva, "também a C14 - Hidrogénio e Renováveis deverá ser objeto de especial atenção, uma vez que estamos perante uma execução dependente da conclusão das operações, isto é, do estado operacional da instalação beneficiada pelo apoio".

Otmar Hübscher é crítico também no que respeita aos prazos dos contratos: "O prazo para a assinatura de contratos que atribuem apoio financeiro previsto no Plano de 2021 para o quarto trimestre 2023 também derrapou. Em resultado, somos confrontados por circunstâncias objetivas que podem mesmo pôr em causa a viabilidade dos projetos para descarbonizar a indústria cimenteira, uma vez que é necessário reavaliar os mesmos, reconfirmar os fundamentos económico-financeiros dos projetos, rever com os fornecedores novas condições e só depois será possível reavaliar a montagem e desenvolvimento do projeto".

No caso do setor do vidro, segundo o Portal da Transparência, a Vista Alegre Atlantis (VAA)

conta com apoio do PRR para o seu processo de descarbonização, num valor total de 7,2 milhões de euros, tendo sido já pagos 1,66 milhões de euros. "Descarbonizar é urgente, mas é caro e sem apoios adequados torna-se insustentável amortizar o investimento na descarbonização sem ferir a competitividade. Como elemento acelerador destas políticas integradas, o papel dos programas de apoio, tal como o PRR, constituem um elemento dinamizador destes planos, quer do ponto de vista de cofinanciamento e apoio, quer a nível regulatório que estas novas atividades tanto exigem", refere Teodorico Pais, administrador da empresa, ao Negócios.

Quanto aos pagamentos já feitos, Teodorico Pais não aponta atrasos no que toca à Vista Alegre e diz que o montante mencionado como já atribuído pelo PRR "foi pago com relativa celeridade, pouco depois do envio da documentação adjacente ao termo de aceitação". Com data de conclusão do projeto agendada para dezembro de 2025, o administrador indica que "o projeto se encontra com os timings na execução prevista, não se antevendo dificuldades comprometedoras da sua execução em pleno até ao final do ano de 2025".

Também a Riopele, empresa que atua no segmento da indústria têxtil, conta com apoio do PRR para conseguir descarbonizar a sua atividade. "O projeto de descarbonização com o apoio do PRR engloba diversos investimentos, destacando-se a produção de energia renovável solar para autoconsumo, a promoção da eficiência energética na produção e utilização de vapor e ar comprimido. Inclui ainda uma componente de monitorização e otimização dos consumos energéticos, com base em tecnologias digitais", explica Isabel Domingues, diretora de Sustentabilidade da Riopele. Nesta empresa, o fim do projeto de investimento para a descarbonização está contratualizado para o final do mês de fevereiro de 2025. "No entanto, estamos confiantes de que iremos terminar o investimento até final deste ano", conta Isabel Domingues.

Recorde-se que, após a publicação do relatório da CNA-PRR, o próprio Presidente da República veio apelar para que se acelere a aplicação dos fundos do PRR. Marcelo Rebelo de Sousa espera que o atraso na sua execução seja recuperado até ao ano que vem. Em resposta, o Governo prometeu uma execução de 40% já no final deste ano.

Como estão a descarbonizar as empresas

Entre 75% e 85% das emissões de carbono do fabrico de vidro são produzidas pelo aquecimento dos fornos a 1.500°c, sobretudo devido à utilização de gás natural, segundo o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV). Da mesma forma, o setor da cerâmica também utiliza uma elevada intensidade energética, dependendo substancialmente de combustíveis fósseis. Com necessidades intensivas de energia, estes setores estão a implementar soluções para poderem corresponder às metas de descarbonização traçadas em Portugal e na União Europeia.

A Vista Alegre, por exemplo, tem em marcha a descarbonização de processo produtivos nas suas três fábricas: na de porcelanas em Ílhavo, na de grés em Aveiro e na de cristal e vidro em Alcobaça. O projeto assenta numa redução das emissões de CO_2 em 15% em relação a 2020.

"Para concretizar estas soluções serão realizados um conjunto de investimentos diversificados - como por exemplo reconversão de equipamentos nas secções de conformação, fornos, reconversão da central de ar comprimido, aquisição de forno híbrido [gás/eletricidade], aquisição de centrais de produção de energia fotovoltaicas, substituição de iluminação por LED, entre muitos outros, que permitam alterar a matriz energética e perfil de consumo da empresa, visando a sua progressão para uma produção tendencialmente neutra de carbono, de forma transversal a todas as fábricas da Vista Alegre Atlantis", explica Teodorico Pais.

A intensidade carbónica e consequente necessidade de descarbonização destes dois setores coloca metas exigentes para o horizonte de 2030, 2040 e 2050. "No caso da indústria do vidro, a descarbonização é essencial. Eu diria que é uma questão de sobrevivência, porque as exigências a nível europeu são muito significativas. Mas há vários investimentos que já estão em curso, mesmo nessa indústria", assinala Pedro Dominguinhos, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA-PRR), ao Negócios.

"Há várias formas de descarbonizar. No caso desta indústria, muitos deles passam por substituição de fornos, fundamental para diminuir a dependência do gás. E, portanto, isso exige outro tipo de investimentos, também muito relacionados com o hidrogénio e com toda a parte do pipeline para fazer chegar o hidrogénio, porque está tudo interligado, e com aumento da capacidade da rede, que é particularmente significativo. Portanto, há várias coisas a fazer", acrescenta Dominguinhos.

Do lado da indústria têxtil, a Riopele diz-se comprometida com os objetivos do Acordo de Paris e com as diversas metas de neutralidade carbónica assumidas por Portugal e entidades internacionais. "Em 2023, iniciámos uma jornada com o objetivo de sermos uma das primeiras empresas do setor, a nível europeu, operacionalmente neutra em carbono até 2027, alargando o âmbito de atuação à cadeia de valor, sendo Net-Zero até 2040. Esta é uma meta ambiciosa, mas estamos confiantes de que, com a implementação de medidas e projetos cuidadosamente planeados, alcançaremos o primeiro objetivo no centenário da Riopele, em 2027", conta Isabel Domingues.

A Riopele está a poucos dias de arrancar com a nova central fotovoltaica instalada numa das unidades produtivas, que permitirá suprir cerca de 20% do atual consumo de energia elétrica da rede. O investimento total do projeto da Riopele é de 7,7 milhões de euros, sendo que o investimento elegível em termos de candidatura queda-se pelos 5,6 milhões de euros, ao qual corresponde um incentivo de 2,9 milhões de euros.

Em nome da indústria cimenteira, Otmar Hübscher salienta a complexidade da descarbonização do setor, que, até 2030, terá de reduzir das emissões de CO_2, face a 1990, em cerca de 48% ao longo de toda a cadeia de valor e de 65% até 2050. Para Hübscher, "o processo de descarbonização da indústria cimenteira requer a colaboração e investimentos relevantes dos setores público e privado, ao longo de 10 ou mais anos". Na sua perspetiva, é necessário "dotar Portugal com as infraestruturas necessárias para transportar e armazenar o CO_2 capturado, de forma transitória ou permanente. As redes de transporte e os locais de armazenagem permanente têm de ser promovidos pelo próprio Estado e são fundamentais para a viabilidade económica e financeira dos avultados investimentos em captura de CO_2.".

Entre 2030 e 2050, dar-se-á a entrada progressiva e acelerada de tecnologias de rutura que já existem hoje em pilotos industriais, mas que "ainda não são economicamente viáveis à escala comercial como as tecnologias de captura, utilização e armazenamento de CO_2, a eletrificação parcial do processo e o uso massivo do hidrogénio", conta o presidente da ATIC.

Há, assim, desafios estruturais a superar, tecnologias a testar e maturar e colaborações a fazer. Pedro Dominguinhos assinala que, no caso do hidrogénio, "as tecnologias ainda não têm o mesmo grau de maturidade que outras, como o fotovoltaico ou como a eficiência energética" e, como tal, "esse é um aspeto que tem que se ir testando e experimentando". Por isso, na sua perspetiva, "muitas vezes os fundos públicos acabam por ter um bocadinho esse sentido, pois permitem diminuir o risco para que se testem várias tecnologias. É algo que vamos ter que ir monitorizando à medida que as coisas vão sendo implementadas. É importante medir resultados para perceber exatamente o que é mais viável ou não em cada uma das situações".

Entretanto, as empresas mostram-se positivas relativamente aos ganhos que os investimentos que estão a fazer na descarbonização irão trazer. No caso da Vista Alegre, a empresa diz ainda ser cedo para aferir ganhos com o processo apoiado pelo PRR, porém, "as perspetivas são bastante positivas quanto aos resultados que se espera alcançar com o projeto através dos equipamentos previstos, levando as fábricas da Vista Alegre Atlantis a níveis de descarbonização bastante elevados para o setor", assinala Teodorico Pais.

A Riopele destaca também os ganhos na fatura energética, mas não só. Para Isabel Domingues, "a descarbonização em termos competitivos é um fator diferenciador perante os diversos "stakeholders", não só pelos clientes que se preocupam cada vez mais em trabalhar com fornecedores comprometidos na redução das emissões, mas também pelas entidades estatais, certificadoras, banca, seguradoras, entre outros". ■

No caso da indústria do vidro, a descarbonização é essencial. Eu diria que é uma questão de sobrevivência, porque as exigências a nível europeu são muito significativa."

PEDRO DOMINGUINHOS
Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR

O prazo para a assinatura de contratos que atribuem apoio financeiro previsto no Plano de 2021 para o quarto trimestre 2023 também derrapou.

OTMAR HÜBSCHER
Associação Técnica da Indústria de Cimento

MATÉRIAS-PRIMAS

Crude pisa linha vermelha dos grandes produtores

Nem o furacão Francine, que levou ao fecho de atividade de petrolíferas nos Estados Unidos, conseguiu sustentar os preços. A fasquia dos 70 dólares por barril da OPEP+ foi quebrada e o corte da oferta deverá manter-se mais tempo. Há 33 meses que o Brent não valia tão pouco.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e os seus aliados – o chamado grupo OPEP+, composto por 22 membros – não tem tido mãos a medir. Nos últimos anos, desde o arranque de 2017, o cartel e os seus parceiros, liderados pela Rússia, têm alinhado a oferta de crude no mercado com a necessidade de fazer subir ou descer os preços do "ouro negro". Desde 2020, com os confinamentos decorrentes da pandemia, que o grupo tem retirado matéria-prima do mercado numa dimensão mais significativa – e em 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, tem vigorado um segundo acordo de corte da oferta, levado a cabo por oito países que decidiram, voluntariamente, reforçar este esforço. No entanto, tudo parece estar a falhar, num contexto de perspetiva de menor procura, e nesta terça-feira os preços quebraram um patamar muito importante para os grandes produtores.

O West Texas Intermediate (WTI), "benchmark" para os Estados Unidos, seguia na terça-feira, ao final do dia, a ceder 3,76% para 66,21 dólares por barril. Já o Brent do mar do Norte, crude negociado em Londres e referência para as importações europeias, desvalorizava 3,16% para 69,64 dólares. Foi a primeira vez desde dezembro de 2021 que o Brent negociou abaixo dos 70 dólares por barril, um valor que é considerado – se bem que isso não seja dito de forma declarada – como o mínimo razoável pelo cartel e seus aliados.

Mas o que levou a este novo mergulho das cotações nos mercados internacionais? Recuando um pouco, na semana passada a OPEP+ adiou por dois meses a entrada faseada de crude adicional no mercado – eram mais 180 mil barris por dia, que iriam começar a chegar aos consumidores já a partir de outubro (com esse volume a aumentar gradualmente até setembro de 2025). Contudo, a decisão foi protelada, pelo menos para já, para 1 de dezembro. Nessa altura, os preços reagiram com subidas tímidas, precisamente por se tratar de uma solução temporária para travar a sangria dos preços.

Para se perceber melhor todo o contexto, há que lembrar que a OPEP+ tem atualmente em vigor dois acordos de retirada de crude do mercado, que ascendem no total a 5,86 milhões de barris diários – e que correspondem a 5,7% da procura mundial. Esta abertura de torneiras a partir do próximo mês incidia sobre o acordo voluntário de redução de 2,2 milhões de barris por dia da oferta por parte de oito membros da OPEP+: Arábia Saudita, Rússia, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Koweit, Cazaquistão, Argélia e Omã. O outro acordo, que abarca todos os membros e não é de base voluntária, é de 3,86 milhões barris por dia e irá manter-se em vigor pelo menos até ao final de 2025.

Os preços não se aguentaram durante muito tempo em alta pelo facto de a OPEP+ apenas ter adiado por dois meses a abertura de torneiras. E, por isso mesmo, poder-se-á ter apenas atirado para o final do ano o potencial problema do excesso de oferta. Este cenário já estava a ser colocado por se estimar uma menor procura por parte da China, que é o maior con-

O crescimento da procura mundial de petróleo deverá desacelerar. Ainda assim, há quem conside robusto o atual

Podemos dizer que o mercado continua com défice de oferta, apesar da fraca procura chinesa.
GIOVANNI STAUNOVO
Analista de "commodities" do UBS

Achamos que os participantes de mercado estão a ser demasiado pessimistas.
GIOVANNI STAUNOVO
Analista de "commodities" do UBS

O Brent pode cair para 60 dólares por barril no próximo ano se a OPEP+ não conseguir implementar mais cortes de produção.
NOTA DE "RESEARCH" DO CITI

70
BRENT
Desde dezembro de 2021 que o Brent não negociava abaixo dos 70 dólares, valor que a OPEP+ tenta sempre que não seja quebrado.

5,86
BARRIS
O atual corte da oferta da OPEP+ ascende a 5,86 milhões de barris por dia. Cartel e aliados queriam começar a abrir as torneiras.

Ints Kalnins/Reuters

nível de consumo.

sumidor mundial, mas nesta terça-feira agravou-se com a publicação, pela OPEP, do seu mais recente relatório do mercado petrolífero – onde revê em baixa o crescimento da procura mundial de crude em 2024 e 2025.

A China continua a revelar uma debilidade económica e nos EUA surgiram sinais semelhantes, além de que a Líbia mostrou-se pronta a retomar as suas exportações de crude após conflitos internos que retiraram a sua matéria-prima do mercado.

Este novo desaire para os grandes produtores provocou um forte deslize dos preços, que nem a tempestade tropical Francine – que assola o estado norte-americano do Louisiana e que estava a intensificar-se, a caminho de se tornar um furão – ajudou a inverter, apesar de ter levado os produtores de petróleo e gás a encerrarem toda a sua produção no Golfo do México.

Analistas já reveem em baixa as estimativas para os preços

Perante esta derrocada, algumas casas de investimento começaram já a cortar as estimativas para o preço do Brent no último trimestre ano. É o caso do Morgan Stanley, que reviu a sua projeção de 80 para 75 dólares por barril, e do Goldman Sachs – que também cortou a sua previsão em cinco dólares, apontando agora para um intervalo entre 70 a 85 dólares por barril. Já o Citi considera que o Brent pode mesmo cair para os 60 dólares por barril no próximo ano se a OPEP+ não conseguir implementar mais cortes de produção – observação que deita por terra a entrada faseada de mais crude no mercado a partir de dezembro deste ano.

O UBS, em contrapartida, mantém o otimismo. "Do ponto de vista dos fundamentais, se atendermos à queda dos stocks globais desde maio, podemos dizer que o mercado continua com défice de oferta, apesar da fraca procura chinesa. E, por isso, consideramos que os participantes de mercado estão a ser demasiado pessimistas. Continuamos a achar que o Brent poderá recuperar, negociando acima dos 80 dólares nos próximos meses", sublinha Giovanni Staunovo, analista de matérias-primas do banco suíço, numa nota de análise a que o Negócios teve acesso.

Atualmente, a depreciação do petróleo leva o mercado a apresentar uma estrutura de "backwardation" (quando os preços dos contratos a mais curto prazo são superiores aos dos contratos de futuros com datas mais distantes), o que deixa antever que, neste preciso momento, a procura está mais forte do que a oferta – cenário que vai ao encontro do otimismo do estratega do UBS. ■

OPEP+ entalada entre perder receita e abrir o flanco

O cartel do petróleo não quer estar a dar margem ao mercado para outros entrarem e ficarem com a sua quota.

O facto de os preços do Brent do Mar do Norte estarem a negociar abaixo dos 70 dólares por barril tem implicações tremendas para o cartel OPEP+, que reúne 22 grandes "petro-Estados". É um patamar tido como o limite inferior aceitável de um intervalo de preços que estes grandes produtores consideram desejável – e que está teoricamente definido entre os 70 e os 90 dólares.

Para alguns membros da organização, este é mesmo um valor que debilita grandemente as pretensões económicas. É o caso da Arábia Saudita. Os analistas de mercado apontam para que Riade precise do Brent a transacionar pelo menos em torno dos 98 a 100 dólares para poder avançar com as suas ambiciosas reformas económicas.

O atual preço afeta fortemente as receitas destes 22 países, já que muitos deles contam com o "ouro negro" para compor grande parte do dinheiro arrecadado para os cofres do Estado. Por isso, o ideal, numa base simplista, seria a OPEP+ apertar ainda mais a oferta, para mais quando se prevê um menor crescimento da procura.

Mas as coisas não são assim tão simples, já que o cartel e os seus aliados têm de encontrar um equilíbrio entre o dinheiro que estão dispostos a perder se colocarem mais crude no mercado – que poderá ficar com défice de oferta – e a quota de mercado de que irão abrir mão se continuarem a reter matéria-prima em casa. E porquê? Porque há países não-OPEP+ que têm sobressaído com uma maior produção – como os EUA, por exemplo, que à conta do petróleo extraído das rochas de xisto betuminoso ("shale oil") estão a tornar-se autossuficientes e querem uma maior independência energética. Entre outros exemplos temos o Canadá, o Brasil e a Guiana. Todos eles poderão aproveitar uma "aberta" para apanharem mais quota de produção. Resultado: poderá continuar a haver um excedente de crude do lado da oferta, penalizando o esforço da OPEP+.

Ou seja: o cartel tem de tentar não inundar o mercado, mantendo as torneiras mais apertadas do que desejaria, mas, ao mesmo tempo, não pode abrir demasiado o flanco. "A OPEP+ suspendeu mais de 5 milhões de barris da sua produção desde 2022 para manter os preços elevados. Isto numa altura em que há produtores de outras regiões do mundo a prospecionarem mais crude. Agora, enfrenta o desafio de ver como é que vai devolver esses barris ao mercado – já que não quer colocar mais crude num contexto de procura fraca, pois irá fazer cair ainda mais os preços, mas também não quer ceder demasiada quota de mercado aos produtores de fora do cartel", salienta a Barron's. Está, por isso, tudo em aberto para a OPEP+, inclusive a ideia de aumentar gradualmente a oferta a partir de dezembro. ■ CP

5
MILHÕES
OPEP+ cortou mais de 5 milhões de barris por dia da produção desde 2022 para manter preços altos.

SÁBADO 20 ANOS

COLEÇÃO DESCOBRIR A HISTÓRIA

UMA VIAGEM AOS GRANDES MOMENTOS DA HISTÓRIA.

ÀS 5.AS FEIRAS, A PARTIR DE DIA 12
1.º LIVRO
PREÇO LANÇAMENTO
1,95€
+ REVISTA

COLEÇÃO DESCOBRIR A HISTÓRIA

Desde o antigo Egito até ao século XX, uma coleção fascinante dos grandes feitos e figuras notáveis da história para compreender o mundo atual.

ASSINE A COLEÇÃO E RECEBA EM SUA CASA.
SAIBA MAIS EM WWW.DESCOBRIRAHISTORIA.PT

SAIBA MAIS

Promoção Medialivre, S.A. Distribuição semanal às 5as feiras, de 12/09/2024 a 12/06/2025. PVP do 1.º livro: 1,95€. PVP unitário dos restantes livros: 9,95€. Coleção composta por 40 livros. Preço total da coleção: 390€. Preços válidos para Portugal Continental, IVA incluído. Promoção limitada ao stock existente. Nas bancas, em loja xl.pt ou em sua casa mediante assinatura. Saiba mais em www.descobrirahistoria.pt

Mimosa: é parte de nós... e do padel!

Ligação entre a histórica marca alimentar portuguesa e o padel continua de vento em popa quando se aproxima a 2.ª edição do Mimosa Open, torneio oficial que se realiza entre os dias 18 e 22 deste mês, no Porto.

A Mimosa, marca alimentar portuguesa, com 50 anos e já com um longo percurso na promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, continua de braço dado com o padel, um dos desportos em ascensão no panorama nacional e internacional. O compromisso da marca com o bem-estar das famílias portuguesas sustenta esta ligação que terá mais um momento de celebração muito em breve, com a realização da 2ª edição do Mimosa Open, entre os dias 18 e 22 deste mês, no Porto.

Trata-se de um torneio oficial absoluto, resultante de uma parceria com a Câmara Municipal do Porto, a Federação Portuguesa de Padel (FPP) e a empresa Top Padel. Um projeto conjunto que visa repetir o sucesso alcançado no ano passado, sendo que a edição deste ano já terá um upgrade na categorização, pois ascendeu à classe 20 mil pontos e integra o calendário oficial de provas da FPP.

O palco do torneio volta a ser o Parque da Cidade do Porto, onde foi erguido um estádio exclusivo com vista para o oceano Atlântico e capacidade para cerca de mil lugares sentados. E é de acesso gratuito a todos os apreciadores desta modalidade, com a prova a destinar-se às categorias masculinas e femininas (1 a 5) e mistas (1 a 4) e contando com prémios monetários distribuídos de forma igualitária, num bolo global de 26.666 euros. Um acréscimo proporcional à nova classe 20 mil pontos, face aos 10 mil e aos 13.333 euros da edição transata.

"O padel acaba por ser o local e o momento privilegiado para um contacto com os consumidores. E sendo um evento aberto, permite-nos juntar num mesmo local profissionais, amadores e apaixonados pela modalidade, promovendo um maior envolvimento com a marca através do padel", resumiu Teresa Bruno, coordenadora de desenvolvimento de marcas, na apresentação da 2ª edição do Mimosa Open, em julho.

Já este ano, a Mimosa esteve associada à MEO Corporate League, competição que levou o padel às várias regiões de Portugal, inclusive aos Açores e Madeira, e contando com equipas corporativas como a da própria marca Mimosa. E a equipa masculina da Mimosa saiu mesmo vencedora da etapa regional do Porto, em março, confirmando que este envolvimento estratégico da marca se revelou, também, uma forma de estimular o espírito de equipa entre os colaboradores, atribuindo-lhes um papel determinante enquanto embaixadores da marca. Porém, a ligação da Mimosa ao padel já tem mais de quatro anos, com envolvimento da marca em iniciativas, provas solidárias, torneios amadores e, claro, nas competições profissionais mais recentemente.

Lácteos proteicos no pós-treino

A comunidade científica já reconheceu que o leite e o exercício físico formam uma dupla imbatível, uma vez que a sua ingestão após a prática desportiva alavanca a recuperação – não só reparando danos e estimulando o crescimento muscular com proteínas de elevada qualidade, mas também reparando a função muscular normal através dos hidratos de carbono, e a reidratação do organismo, com água e eletrólitos.

Também neste contexto foi lançada a gama Mimosa Proteína (lácteos proteicos), com produtos essenciais na recuperação muscular e energética após o exercício físico e que são desenvolvidos a pensar nos amantes do desporto. Esta gama inclui leites, bebidas de leite e iogurtes sólidos e líquidos, sendo reforçada com proteínas do próprio leite, de elevado valor biológico e que fornecem ao organismo a quantidade adequada de aminoácidos essenciais. Mimosa Proteína acentua a aposta permanente da marca na inovação e desenvolvimento de produtos que nutrem e potenciam o rendimento desportivo dos consumidores.

Este papel fundamental da Mimosa abrange, naturalmente, o padel, modalidade exigente na colaboração, no respeito e fomentadora de uma competição saudável. A Mimosa, além de promover a prática desportiva e estilos de vida saudáveis, incentiva o desenvolvimento de um espírito de comunidade, no qual todos podem participar e crescer juntos, fortalecendo assim os laços sociais. Características que se assemelham à própria modalidade, hoje uma das mais populares em Portugal, não só a nível profissional, mas também amador, contabilizando-se já mais de 200 mil participantes e mais de 300 clubes.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

O populismo está a dar cabo da Europa

A Europa está à deriva. Vejamos dois exemplos que comprovam isso: imigração e agenda climática. Durante mais de uma década, a Europa assistiu de braços cruzados à invasão das costas grega e italiana por imigrantes de África e do resto do mundo. Quando a Itália já não podia lidar com o problema (cidades descaracterizadas, violência, etc.) levantou a voz. Grécia a mesma coisa. Mas o resto do continente manteve os olhos fechados. Até que o problema começou a alastrar: Espanha, Bélgica, França e (agora) Reino Unido.

O descontrolo na imigração facilitou o Brexit. Agora ameaça o espaço Schengen. Como sempre, a Europa acordou tarde.

Vira o disco para a agenda ambiental. No espaço de 10 anos, os poderes públicos europeus conseguiram apressar uma agenda climática que o melhor que conseguiu foi pôr em xeque indústrias (automóvel, por exemplo) em que a Europa tinha uma grande vantagem competitiva face à China. Tudo isto no continente que regista as menores emissões comparado com a Ásia e América do Norte...

O resultado está à vista: dificuldades crescentes de empresas europeias (de que a VW é o último exemplo), depois de entregar de mão beijada à China a vantagem na tecnologia da eletrificação.

O que explica estes dois erros (há por aí mais)? O populismo ou, noutros casos, políticas populares. Como passou a ser impopular condenar a chegada de hordas massivas de imigrantes, numa agenda patrocinada pela esquerda, a direita e o centro calaram-se. Resultado: a direita perdeu espaço para uma extrema-direita que capitalizou o descontentamento dos eleitores.

Era preciso satisfazer eleitorados contaminados por uma verborreia de extremistas ambientais? Proíba-se os motores a combustão (a partir de 2035). Problema: não se fazem transições energéticas em 10 anos. O relatório Draghi constata isso mesmo. Pergunta: ninguém percebeu isso nos últimos 10 anos? Percebeu. Mas como a Europa está cheia de maus políticos, o receio da reação popular ditou que os líderes seguissem os liderados. E não o contrário. ■

O QUINTO CADERNO

FRANCISCO MOTA FERREIRA
Ex-jornalista de política. Escritor e consultor de comunicação
francisco.mota.ferreira@gmail.com

O PSD, Luís Montenegro e os governos minoritários

Este fim de semana, Luís Montenegro foi reeleito, sem qualquer oposição, líder do PSD com 97,45% dos votos. Esta é, acima de tudo, uma boa notícia para o próprio, mas que deveria fazê-lo olhar de forma mais atenta para o que o partido faz aos seus líderes. Num primeiro momento são glorificados e dão-lhes votações dignas de unanimismos norte-coreanos. Porém, quando acham que estes já não servem os interesses do partido, descartam-nos. Reforço aqui "o interesse do partido" e não o do país, porque nem sempre estes correm na mesma pista e, na maior parte dos casos, até seguem em pistas paralelas, quando não opostas.

Montenegro tem vestido bem a pele de PM, fazendo jus ao facto de que o poder inebria e dá confiança a quem o tem, ao mesmo tempo que consolida e reforça a posição de quem o exerce. Viu o programa do seu Governo aprovado na AR e, em conjunto com os resultados eleitorais, tem usado isso como cimento para a legitimidade do seu Executivo. E, por isso, entende que só tem sentido falar em eleições legislativas em 2028. Claro está que, se em política um ano é uma eternidade, pensar a quatro anos de distância, num país onde, em média, os governos duram pouco mais de dois anos, é estar imbuído de uma enorme dose de otimismo. Ou ingenuidade.

Percebe-se também a necessidade de reforçar esse sentimento positivo face ao que aí vem: esticar a corda nas negociações do OE, questionar-se as escolhas do Governo, o levantar de novas (velhas) polémicas como foi o caso da TAP, com o propósito maior de atingir Maria Luís Albuquerque e fragilizar Miguel Pinto Luz.

Até se consegue compreender que exista uma necessidade de incutir um rumo e uma estratégia num governo que a oposição quer ver a despenhar-se na primeira oportunidade. Mas é também importante Montenegro aprender com o passado para acautelar o futuro. E olhar para o passado é, por exemplo, perceber que, desde 1976, apenas dois governos minoritários cumpriram a legislatura: o primeiro de António Guterres (1995-1999) e o primeiro de António Costa (2015-2019). Sim, todos foram do PS e não há nenhum governo minoritário do PSD que, sozinho ou em coligação, tenha durado a legislatura.

Há ainda outro dado que o PM deve ter bem presente, agora que foi reconfirmado como presidente do PSD: não o tempo que tem pela frente como líder do partido (e PM de Portugal), mas os dias que lhe faltam para deixar de o ser. E ter memória.

As traições e as mudanças de opinião nos partidos são, infelizmente, comuns, e raras são as pessoas que têm coluna vertebral. Isto é válido para todos os partidos, sem exceção. Mas foquemo-nos agora no PSD e nas suas lideranças, principalmente as que conseguiram sentar o seu líder em São Bento. E, para não recuar muito na História de Portugal, falemos apenas de Durão Barroso e Santana Lopes.

Serei telegráfico. Durão Barroso, considerado uma jovem promessa do PSD, é eleito a 2 de maio de 1999 e sobrevive na liderança do partido porque António Guterres, PM em funções, se demite em 2001, decorrente de um trágico resultado autárquico do PS. Não fora a demissão do chefe do Executivo, Barroso teria certamente ficado reduzido ao seu clube muito restrito de meia dúzia de fãs e seria apeado pelo partido, que ansiava um regresso ao poder e, cada vez mais, acreditava que não seria com Durão Barroso que teria sucesso. A política também vive de sorte, e a história do PSD e do país foi mudada com a decisão pantanosa de Guterres. Barroso abandona a liderança do PSD a 30 de junho de 2004, nos seus termos, a poucos meses de assumir o seu lugar de presidente da Comissão Europeia.

Santana Lopes, que sucedeu a Barroso, é o mais paradigmático exemplo da forma como o PSD tritura os seus. Finalmente líder do partido após a saída de Barroso, de quem era o seu primeiro vice-presidente, é (re)confirmado em Barcelos em novembro de 2004. Sai em abril de 2005, sem glória, vexado e diminuído, num congresso em Pombal onde nem sequer foi candidato, num conclave convocado à pressa, após a derrota do partido nas eleições legislativas antecipadas de fevereiro de 2005, ganhas pelo PS.

Seria bom que Montenegro olhasse para os resultados deste fim de semana e percebesse os contornos e implicações reais desta falsa unanimidade para o (seu) futuro. ■

Coluna semanal à quarta-feira

Seria bom que Montenegro olhasse para os resultados deste fim de semana e percebesse os contornos e implicações reais desta falsa unanimidade para o (seu) futuro.

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.

PEDRO OLIVEIRA
Dean da Nova School of Business and Economics

Portugal no mundo: 8.º no futebol, 12.º no turismo... e melhor ainda nas escolas de gestão!

Ouve-se frequentemente que, com a exceção do futebol e do turismo, há poucas atividades em que Portugal seja reconhecido globalmente pela sua excelência. De facto, no ranking mundial da FIFA, a Seleção Nacional ocupa um magnífico 8.º lugar, à frente de países como a Alemanha ou a Itália. O futebol, e em particular o seu mais exímio executante (Cristiano Ronaldo), não tem apenas trazido grandes alegrias aos portugueses, e também algumas deceções, mas tem contribuído para uma popularidade ímpar do nosso país.

Já no turismo, o ranking de turismo global varia dependendo dos critérios analisados, mas o Fórum Económico Mundial (WEF) publica um dos índices mais respeitados: o Travel & Tourism Competitiveness Index (TTCI). O TTCI avalia mais de 119 países com base em fatores como infraestruturas, sustentabilidade, recursos naturais e culturais, e segurança e coloca Portugal no 12.º lugar mundial.

Mas Portugal é hoje muito mais do que futebol e turismo. Vamos mudar de unidade de análise e em vez de compararmos países, vamos comparar escolas de gestão – um setor muito mais competitivo, considerando que há mais escolas de gestão do que países. Algumas estimativas da AACSB apontam para a existência de mais de 13.000 escolas de gestão versus 195 países.

O Financial Times publicou ontem o seu ranking de mestrados de gestão e Portugal conta com 4 escolas no Top 100 mundial. Destaca-se o Mestrado Internacional em Gestão da Nova SBE que subiu 7 posições para a 8.ª posição mundial (de 15.º no mundo) no ranking de 2024. Mais uma vez, a Nova SBE fez história ao tornar-se a primeira escola em Portugal a ter dois programas de mestrado classificados no Top 10 mundial do Financial Times (o Mestrado Internacional em Finanças tinha recentemente obtido a 7.ª posição global).

> O Financial Times publicou ontem o seu ranking de mestrados de gestão e Portugal conta com 4 escolas no Top 100 mundial.

Esta conquista histórica coloca-nos ao lado de apenas 6 instituições internacionalmente renomadas que constam nos Top 10 de ambos os rankings (finanças e gestão) nomeadamente Shanghai JTU, HEC Paris, ESSEC Business School, ESCP, London Business School e EDHEC.

O sucesso da Nova SBE no ranking dos mestrados de gestão deve-se aos indicadores internacionais de mobilidade e experiência académica, assim como no critério de pegada de carbono que avalia as emissões da escola nos últimos 3 anos.

Vale ainda ressaltar que o nosso programa de mestrado em gestão é um dos mais acessível entre os Top 10 mundiais. Com a exceção de uma escola chinesa e suíça, ambas fortemente financiadas pelo Estado, todos os outros programas dessa lista têm propinas significativamente mais elevadas do que as da Nova SBE. Assim, para um estudante português que deseja uma formação de topo em gestão, a Nova SBE oferece a opção mais acessível.

Mas para continuar a atrair os melhores alunos portugueses e internacionais, a escola criou um ambicioso programa de bolsas para ajudar alunos com necessidades financeiras, e que este ano vai investir mais de 3,1 milhões de euros em apoios, garantindo que todos os candidatos com mérito académico possam estudar aqui. O programa de bolsas apresenta várias tipologias, cobrindo não apenas as propinas, mas também alojamento e alimentação. Esse investimento faz da Nova SBE a escola portuguesa que mais investe em apoio social aos seus alunos, tendo, no ano passado, conseguido atender à totalidade dos pedidos elegíveis de apoio financeiro.

Obviamente, é excelente Portugal ser muito conhecido pelo futebol e pelo turismo, o que nos traz popularidade global. Mas arrisco dizer que, em termos reputacionais, colocar algumas universidades no topo das listas dos rankings mundiais pode ajudar-nos a moldar o futuro de Portugal, e contribuir para o nosso progresso e a nossa imagem global como a de um país que investe no potencial dos jovens, da educação e da tecnologia. ■

Miguel Baltazar

ESQUELETOS NO ARMÁRIO

ISABEL STILWELL
Jornalista
falecomisabelstilwell@gmail.com

Pais sob pressão

Os pais de filhos com menos de 18 anos estão exaustos, vítimas de um stress brutal, e não sabem como dar conta do recado. Em 2023, nos EUA, 33% confessavam-se "muito stressados", percentagem que se ficava pelos 20% nos restantes adultos, com metade dos pais a afirmarem que há dias em que estão com a cabeça em água, por oposição a 26 por cento da restante população. No topo das suas angústias, 66% colocam as preocupações financeiras, o que só acontece a 39% dos outros americanos.

Mas há mais. Ensanduichados entre um aumento de horas de trabalho – a média cifra-se em 33,5 horas, o que representa um acréscimo de 28% para as mães – e mais tempo dedicado aos filhos, acrescentam ainda à conta cuidar dos próprios pais. A conclusão é evidente: adeus ao tempo para si próprios, inclusive para dormir, e obviamente para o casal.

> Os pais de filhos com menos de 18 anos estão exaustos, vítimas de um stress brutal, e não sabem como dar conta do recado.

Como sei tudo isto? Porque o Surgeon General dos EUA, uma espécie de Provedor da Saúde, acaba de lançar um documento com o título de "Pais sob Pressão" (Parents Under Pressure), que faz o ponto da situação da saúde mental e bem-estar dos 63 milhões de pais norte-americanos, e garante que é dramática, com consequências graves no futuro das crianças.

Tem pinta ver definir, ao mais alto nível, a "parentalidade" como uma questão de interesse nacional, tal como faz Vivek H. Murthy, em lugar de se bater na cansada tecla da baixa da natalidade, o que só por si não resolve nada. À medida que lia aquelas quarenta páginas, percebi que a situação dos pais portugueses não se afasta muito da dos seus congéneres norte-americanos, e que Murthy põe o dedo na ferida quando diz que para além das políticas de proteção à família é preciso valorizar a parentalidade em si – perceber o enorme esforço que representa educar uma criança, sobretudo com o grau de exigência que os pais de hoje impõem a si mesmos, e entender que esta é uma tarefa que nos deve importar a todos.

Luis Tejido/EPA

Mas será que na busca de colmatar as negligências do passado, podemos ter caído no extremo oposto? Vivek H. Murthy reconhece que "as metas de sucesso e realização pessoal parecem agora mais difíceis de atingir, com uma intensificação da cultura da comparação que cria expectativas em relação aos marcos de desenvolvimento, às estratégias parentais e aos objetivos que os miúdos e os pais devem atingir. Perseguir estas expectativas irrazoáveis deixa muitas famílias exaustas, em 'burnout', sentindo-se constantemente em falta". Pior, o longo e intenso contacto com as famílias e educadores levou-o a perceber "que a culpa e a vergonha se tornaram omnipresentes, muitas vezes levando os pais a esconder as suas dificuldades, o que perpétua um círculo vicioso, em que o stress leva à culpa e a culpa a mais stress".

Os dados indicam, de facto, uma preocupação crescente em relação à saúde mental dos filhos, ao seu futuro, sentindo a ameaça da segurança, nomeadamente nas redes sociais, mas também um muito maior investimento afetivo na missão de serem os melhores pais do mundo. Em termos práticos, isto significa que em 2022 "gastaram" mais tempo a cuidar deles do que em 1985 – as mães passaram de 8,4 horas semanais para 11,8 horas, enquanto os pais registam um inédito crescimento de 154%, ou seja, passaram de 2,6 horas para as 6,6 horas por semana. Leram-lhes mais livros, levaram-nos à porta da escola, acompanharam-nos às atividades extracurriculares, brincaram com eles, e tudo isso são ótimas notícias, mas será que, sem querer, não lhes estão a roubar a autonomia, a sobrecarregá-los, a eles e a si próprios, com uma ansiedade de que ninguém sai impune? Só o tempo o dirá. Mas, entretanto, nós, os que estamos menos cansados, temos de apontar menos o dedo e ajudar mais as famílias que nos rodeiam, mesmo que "não nos sejam nada". É, pelo menos, esse o conselho do Surgeon General, e parece um bom princípio. ■

Coluna quinzenal à quarta-feira

...medialivre

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.
Diretor-Geral Editorial Carlos Rodrigues
Diretor-Geral Comercial Luís Ferreira
Diretor de Informática Rui Taveira
Diretora Financeira Ivone Nunes
Diretor de Pessoas e Organização David Pinto
Diretor de Circulação João Ferreira de Almeida
Diretor de Marketing e Reader Revenue João Aleixo
Diretor de Arte Pedro Freire
Diretora de Research Ondina Lourenço

negocios

Diretora Diana Ramos; **Diretor Adjunto** Celso Filipe; **Redatoras Principais** Filomena Lança (Coordenadora de Economia), Maria João Babo; **Grande Repórter** Rui Neves (Coordenador Porto); **Editores** João Maltez, Leonor Mateus Ferreira (Mercados), Lúcia Crespo (Weekend), Miguel Baltazar (Fotografia), Paulo Ribeiro Pinto (Economia), Pedro Curvelo (Online), Vítor Rodrigues Oliveira (Empresas); **Redação** Bárbara Cardoso, Bárbara Silva, Carla Pedro (Coordenadora Online), Catarina Almeida Pereira, Diana do Mar, Diogo Mendo Fernandes, Fábio Carvalho da Silva, Filipa Lino, Hugo Neutel (Coordenador de Empresas), Inês Santinhos Gonçalves (Coordenadora Online), Joana Almeida, João Duarte Fernandes, Maria Caetano, Marta Velho (Coordenadora Online), Pedro Barros Costa, Ricardo Jesus Silva, Sara Ribeiro, Susana Paula; **Departamento de Arte** Mónica Santos (Coordenadora), Pedro Teixeira, Rui Santos (Online), Sílvia Arrochinho; **Departamento de Fotografia** Sofia Henriques; **Secretariado** Teresa Nunes; **Revisão** Mariana Andrade; **Colunistas** Aldino Campos, Álvaro Nascimento, António Moita, Armando Esteves Pereira, Bruno Faria Lopes, Camilo Lourenço, Catarina Caria, Catarina Roseta Palma, Cristina Casalinho, David Bernardo, Edson Athayde, Fernando Ilharco, Fernando Medina, Francisco Mota Ferreira, Isabel Stilwell, Joana Garoupa, João Borges de Assunção, João Duque, João Pinto, Joaquim Aguiar, Jorge Marrão, José Crespo de Carvalho, José Esteves, José Sá Reis, Luís Marques Mendes, Luís Afonso (cartoonista), Luís Miguel Henrique, Luís Todo Bom, Manuel Falcão, Maria de Fátima Carioca, Maria Luísa Moreira, Paulo Carmona, Pedro Brinca, Pedro Fontes Falcão, Pedro Oliveira.

Administração e Redação Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 2º Piso - 1549-023 Lisboa, TEL. +351 210 494 000

Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%); **Contribuinte** 502801034; **CRC de Lisboa** 502801034; **Registo Edição Papel** ERC 121571; **Depósito Legal** 120966/98; **ISSN** 0874-1360; **Periodicidade** Diário; **Registo Edição Online** nº 123 490 / ICS

Assinaturas Telefone: 210 494 999; e-mail: assine@medialivre.pt; Correio: Remessa Livre 11258 - Loja da 5 de Outubro - 1059-962 LISBOA (não precisa de selo) ou escreva para: Cofina-Serviço de Assinantes - Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **Publicidade** Telefone: (+351) 210 494 076 - E-mail: publicidade@medialivre.pt; **Impressão** EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro; **Distribuição** Vasp - Distribuição de Publicações SA - Telef.: 21 4398500; **Propriedade/Editora** Medialivre, S.A. | Cap. Social: 22 523 420,40 €. **Sede** Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **C-Studio e Negócios em Rede** Marcas que representam a área de Conteúdos Patrocinados do Negócios. Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

JEAN PISANI-FERRY
É membro sénior do think tank Bruegel sediado em Bruxelas e membro sénior não residente do Peterson Institute for International Economics, detém a cátedra Tommaso Padoa-Schioppa no European University Institute.

O que será necessário para que a Europa desperte?

A União Europeia enfrenta três crises importantes. A primeira é a crise da competitividade, que já era evidente no final da década de 2010, mas piorou, dando origem a níveis de produtividade e desempenho de crescimento insatisfatórios. Mais recentemente, a invasão da Ucrânia por parte da Rússia originou uma crise de segurança, agravada pela relação deteriorada do bloco com a China. A guerra também desencadeou uma crise energética que coloca a Europa em desvantagem relativamente aos seus principais concorrentes, os Estados Unidos e a China.

Felizmente, existe um grau de consenso intelectual considerável sobre a forma de lidar com esta crise tripla. Há três relatórios importantes, que foram publicados recentemente ou serão divulgados em breve, que chegaram praticamente às mesmas conclusões relativamente aos principais desafios que a Europa enfrenta – e apresentam mesmo recomendações semelhantes para resolvê-los.

O relatório do antigo primeiro-ministro italiano Enrico Letta, "Much More than a Market" ["Muito mais do que um mercado"], elaborado a pedido do Conselho Europeu, enfatiza a necessidade de maior integração do mercado único, um projeto inicialmente concebido na década de 1980, mas que atualmente continua a ser relevante. A título de exemplo, há estudos que demonstram que atravessar as fronteiras nacionais na Europa faz reduzir para um sexto o comércio inter-regional de bens. A fragmentação é especialmente acentuada em setores como a energia, as finanças e as comunicações eletrónicas, verificando-se que o comércio de serviços digitais entre os Estados Unidos e a UE ultrapassa o comércio entre os países membros do bloco. Conforme Letta refere, estes setores foram deliberadamente excluídos do processo de integração porque os Estados consideraram-nos demasiado estratégicos para abdicarem do controlo nacional. Mas o relatório conclui, certeiramente, que este travão na integração se tornou gradualmente um problema económico e de segurança económica.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, nomeou outro antigo primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, para a elaboração de um relatório sobre o futuro da competitividade europeia. A sua divulgação ocorrerá nas próximas semanas, mas Draghi apresentou a sua abordagem e recomendações em discursos proferidos recentemente. O tom será provavelmente mais franco, e as propostas de políticas serão certamente mais radicais, comparativamente ao relatório de Letta.

Em abril, Draghi criticou a organização, o processo de tomada de decisões e o financiamento do bloco, considerando que foram delineados para "o mundo de ontem". Além disso, a abordagem estritamente nacional da UE relativamente à competitividade impediu a criação de campeões pan-europeus e levou a que os Estados-membros competissem entre si, mesmo em setores como a defesa e a energia, relativamente aos quais têm "interesses comuns profundos". Em junho, Draghi defendeu a criação de uma política industrial europeia que inclua tarifas e subsídios – uma chamada para a ação que indubitavelmente será incluída no seu relatório.

Os meus colegas do "think tank" Bruegel elaboraram o terceiro relatório, publicado em inícios deste mês. Estes "Memorandos para a liderança da UE" ["Memos to the EU leadership"] são produzidos após as eleições europeias com vista a ajudar os próximos comissários e membros do Parlamento Europeu a definirem as prioridades do bloco. Conforme demonstrava a antevisão realizada no início de julho, o relatório também se foca na necessidade de promover a inovação e o crescimento, e enfatiza as vantagens de construir um mercado único para o setor energético e abolir as barreiras contra a união bancária e dos mercados de capitais. Mas ao invés de apoiar uma integração transversal a todos os setores, defende o aprofundamento do mercado único nas áreas com maior impacto de crescimento e em que o retorno económico excede claramente os custos políticos.

O facto de os três relatórios convergirem de forma significativa é impressionante. As principais controvérsias sobre política macroeconómica, abertura comercial e política industrial – só para mencionar apenas alguns dos conflitos que normalmente surgem – acabaram. Isto supostamente reflete os enormes desafios económicos e geopolíticos com os quais a UE atualmente se confronta. A guerra da Ucrânia constitui uma ameaça existencial, os elevados preços da energia representam um enorme entrave à competitividade, e a incapacidade do bloco para inovar ameaça transformar a Europa numa espectadora no palco internacional.

Mesmo que o bloco atue, é provável que não seja suficiente para evitar que a sua situação demográfica se agrave e que o seu peso económico diminua.

Mas o consenso entre os peritos não se traduz necessariamente em políticas. O primeiro obstáculo é a inércia que prevalece entre os Estados-membros. Apesar de os atuais desafios geopolíticos não terem precedentes, os problemas de crescimento, integração e governança que atormentam a UE são conhecidos pelo menos desde o relatório Sapir de 2004. E, no entanto, o bloco apenas agiu em situações de tensão extrema, como a crise da dívida da Zona Euro entre 2010 e 2012 e a pandemia de covid-19. Mesmo nestes casos, o despertar foi efémero. A união bancária, por exemplo, permanece inacabada, e não houve qualquer decisão sobre o financiamento futuro do programa de recuperação da pandemia.

O segundo desafio é que qualquer grande reforma tem vencedores e derrotados. A fragmentação gera rendas, e essas rendas são acumuladas por determinados países em detrimento de outros. Portanto, os países que se encontram em situação de poderem sofrer mais perdas resistirão a uma maior integração. É certo que poderão perder mais a longo prazo do que aquilo que ganharão a curto prazo – mas é preciso coragem para vencer a miopia.

Por último, há escassez de entusiasmo europeu, sobretudo atendendo à ascensão do nacionalismo económico e ao facto de os governos não quererem correr o risco de enfurecer os seus eleitores. O Presidente francês, Emmanuel Macron, e o chanceler alemão, Olaf Scholz, são largamente impopulares, pelo que não estão em condições de proporcionar a liderança necessária para ultrapassar o impasse atual. Apenas podemos esperar que Von der Leyen esteja à altura do desafio. ■

Tradução: Raquel Teixeira da Silva

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, nomeou outro antigo primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, para a elaboração de um relatório sobre o futuro da competitividade europeia.

A guerra da Ucrânia constitui uma ameaça existencial, os elevados preços da energia representam um enorme entrave à competitividade, e a incapacidade do bloco para inovar ameaça transformar a Europa numa espectadora no palco internacional.

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de Agosto de 2024: **4.170 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

BREVES

REINO UNIDO

NECESSÁRIO NOVO VISTO ELETRÓNICO

Os portugueses que queiram visitar o Reino Unido vão precisar de uma Autorização Eletrónica de Viagem, documento que passará a ser obrigatório para europeus a partir de abril do próximo ano, anunciou ontem o Governo britânico. ■

ENERGIA

CHINESES APOSTAM EM ESPANHA

A gigante chinesa Envision Energy vai investir mil milhões de euros numa grande fábrica de electrolisadores em Espanha, apostando na produção d ehidrogénio verde. O anúncio foi feito durante uma visita de Pedro Sanchéz, primeiro-ministro espanhol, à China. ■

MIGRAÇÕES

POLÓNIA CRITICA OPÇÃO DE BERLIM

O primeiro-ministro polaco Donald Tusk considerou ontem que é inaceitável o anúncio do governo de Berlim de endurecimento da política migratória da Alemanha com controlos em todas as suas fronteiras, que incluem a vizinha Polónia. ■

AUTOMÓVEL

Fim de acordo na VW só visa "fábricas alemãs"

Fabian Bimmer/Reuters

Administração da Volkswagen diz que é preciso "reduzir os custos para um nível competitivo".

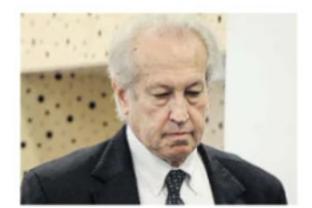
Era um acordo que já durava desde 1994, mas, face aos problemas que tem enfrentado, a Volkswagen vai mesmo rasgar o pacto laboral com os seus trabalhadores. Questionada pelo Negócios se esta decisão afeta outras fábricas na Europa, incluindo a Autoeuropa, fonte oficial do grupo germânico responde que "as discussões e atividades em curso visam reforçar a competitividade das fábricas alemãs".

A empresa começa por dizer que "está a trabalhar com programas de desempenho" a longo prazo e que "os custos dos materiais e dos produtos estão a ser otimizados, os custos fixos e de produção estão a ser reduzidos e as receitas das vendas e do pós-venda estão a aumentar".

Por outro lado, diz ser necessário "reduzir de forma sustentável os custos indiretos com pessoal até 2026" e, para tal, "a empresa está a apostar em modelos de reforma parcial e em ofertas de acordos de cessação de funções", além de lançar um programa que "oferece aos trabalhadores apoio individual no desenvolvimento de novas perspetivas de carreira" após a perda do emprego".

Mas não chega. "Devido aos atuais desafios económicos, a empresa não acredita que uma reestruturação baseada apenas nas tendências demográficas seja suficiente para alcançar os ajustamentos estruturais necessários a curto prazo para aumentar a competitividade na Alemanha". E, por isso, a "sente-se obrigada a pôr termo ao acordo de segurança no emprego em vigor desde 1994", prometendo "trabalhar com os representantes dos trabalhadores para encontrar soluções viáveis para a empresa e para os seus trabalhadores". ■ **DM/VRO**

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt

RUI ABRUNHOSA GONÇALVES

Ex-diretor-geral da Reinserção e Serviços Prisionais

O agora ex-diretor-geral da Reinserção e Serviços Prisionais devia logo ter-se demitido quando explicou o motivo hilário para a rede da cadeia de Vale dos Judeus não estar eletrificada, o que ajudou à fuga de cinco reclusos. Não o fez e prestou-se a um penoso papel que terminou agora. Rui Abrunhosa Gonçalves é um bode expiatório mas, pelo cargo, foi também cúmplice pela degradação dos serviços. ■

SUNDAR PICHAI

CEO da Google

É um golpe financeiro pesado para a Google e como afirmou Margrethe Vestager, vice-presidente executiva da União Europeia, mostra que nem as mais poderosas tecnológicas estão "acima da lei". Na terça-feira, o Tribunal de Justiça da UE negou provimento ao recurso interposto pela Google e confirmou a coima de 2,4 mil milhões de euros por abuso de posição dominante que lhe foi aplicada pela Comissão Europeia. ■